

HENRIQUE PAFFRATH

LAVAGEM DE DINHEIRO

**RECONHECIMENTO DE INDÍCIOS DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO
PARA A PRÁTICA DE LAVAGEM DE DINHEIRO E OS MEIOS DE PREVENÇÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de
Contabilidade do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial para a obtenção do Título de
Especialista em Controladoria

Orientador: Prof. Lauro Brito de Almeida

CURITIBA

2004

“Apesar de todos teus fracassos, tuas amarguras e tuas decepções, olha a vida com otimismo. Se assim o fizeres, já terás dado o primeiro passo no caminho da vitória”.

AGRADECIMENTOS

Aos professores deste Curso de Especialização, especialmente ao professor Dr. Lauro Brito de Almeida, que de forma paciente e segura me orientou na elaboração desta monografia. Mais que um orientador, tornou-se no decorrer deste trabalho um amigo, por quem adquiri um profundo respeito.

Aos colegas de curso pelo tempo que passamos juntos e pelas experiências compartilhadas.

Aos colegas de profissão, que me incentivaram e auxiliaram a concluir com êxito este curso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....7

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA.....7

1.2 OBJETIVOS.....10

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....11

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....12

1.5 METODOLOGIA.....13

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E LEGISLAÇÃO.....15

2.1 O PROCESSO.....17

2.1.1 Os Mecanismos.....17

2.1.2 As Modalidades.....18

2.1.3 Os Segmentos Utilizados24

2.1.4 Os Instrumentos de Lavagem de Dinheiro30

3 A ÉTICA E A PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO.....34

4 A LEGISLAÇÃO E OS ÓRGÃOS DE COMBATE À LAVAGEM DE
DINHEIRO.....39

4.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA39

4.2 O ACORDO DA BASILÉIA49

4.3 ÓRGÃOS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....53

5 INDÍCIOS E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO.....66

5.1 INDÍCIOS DE OPERAÇÕES SUSPEITAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO...66

5.2	MEDIDAS DE PREVENÇÃO.....	74
5.2.1	Conhecer o Cliente.....	75
5.2.2	Conhecer o Funcionário.....	78
5.2.3	Controle das Informações sobre Transações Suspeitas.....	80
5.3	IMPACTOS NA IMAGEM INSTITUCIONAL.....	82
5.4	RELATOS DE CASOS.....	83
6	CONCLUSÃO.....	86
	ANEXO.....	88
	BIBLIOGRAFIA.....	100

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 80, a lavagem de dinheiro e os crimes correlatos, dentre os quais podemos citar o narcotráfico, a corrupção, o seqüestro e o terrorismo, tornaram-se delitos cujo impacto não se restringe mais em escala meramente local. Se antes essa prática era localizada em determinadas regiões, atualmente os seus efeitos perniciosos se espalham para além das fronteiras nacionais, tornando instáveis os sistemas financeiros e comprometendo as atividades econômicas.

Assim, o tema lavagem de dinheiro tornou-se objeto central de inúmeras discussões realizadas em todo mundo. Chefes de Estado e de governo, assim como organismos internacionais, passaram a dispensar mais atenção à questão.

Entretanto, o cidadão comum pouca importância dá ao assunto. Poucas pessoas param para pensar na sua gravidade, principalmente por julgarem que a lavagem de dinheiro parece estar distante de nossa realidade e não nos afeta de forma drástica. A verdade é que, como todo tipo de crime praticado de forma organizada, o assunto merece reflexão de todos, especialmente se considerarmos que o controle da lavagem de dinheiro depende, entre outras coisas, de participação ativa da sociedade, como veremos neste estudo.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Diariamente nos deparamos com notícias publicadas em jornais e revistas ou veiculadas em telejornais abordando o assunto lavagem de dinheiro. Vejamos alguns exemplos de manchetes veiculadas nos últimos dias:

- “BC RECEBEU MAIS DE 3.000 DENÚNCIAS CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO”;

- GOVERNO MONTA EXTENSA MALHA PARA RASTREAR OPERAÇÕES DE LAVAGEM DE DINHEIRO”;
- “DESCOBERTO MAIS UM RALO POR ONDE ESCOAM APROXIMADAMENTE R\$ 100 MILHÕES POR DIA”.
- “BANESTADO PODE TER SIDO UTILIZADO PARA LAVAGEM DE DINHEIRO”

Notícias com este conteúdo já fazem parte do nosso cotidiano. O próprio termo “lavagem de dinheiro” foi naturalmente incorporado ao nosso vocabulário e soa com certa naturalidade. Mas, apesar de bastante falada, o que significa essa expressão?

Lavagem de Dinheiro é a expressão utilizada para definir o processo pelo qual uma pessoa ou organização busca, por meio de operações financeiras ou comerciais, ocultar a origem ilícita de recursos ou bens, inserindo-os à economia formal, dando-lhes a aparência de terem sido adquiridos legalmente. Trata-se portanto, de um crime, assim como outros a ele relacionados – narcotráfico, corrupção, etc. É um delito de proporções mundiais, para o qual inúmeros organismos internacionais buscam incentivar a adoção de medidas efetivas para repressão e que depende, entre outros fatores, de um esforço conjunto dos países para a implementação de medidas penais e políticas nacionais voltadas para o seu combate.

Diversos são os setores da economia que podem ser utilizados por pessoas e organizações no mundo inteiro para a prática desse crime:

- Instituições Financeiras
- Empresas de Investimentos
- Agências de Turismo
- Empresas de Correios

- Revendedoras de Veículos
- Bancos On-line e Cassinos na Internet
- Seguradoras
- Operadoras de Câmbio
- Empresas de Factoring
- Cassinos e Casas de Jogos
- Imobiliárias
- Paraísos Fiscais
- Centros Off-Shore
- Países Não Cooperantes

Dentre os vários segmentos utilizados, será abordada nesta monografia a utilização do sistema financeiro, mais especificamente do sistema bancário, que, em virtude de novas tecnologias e da globalização dos serviços financeiros, ficaram muito vulneráveis diante da velocidade com que o dinheiro circula. Face à vulnerabilidade a que fica exposto, o sistema financeiro é o mais utilizado nos processos de lavagem de dinheiro, o que o torna o principal objeto de preocupação dos grupos que trabalham na prevenção e combate desse crime.

Não se pretende abordar as causas que levam indivíduos ou organizações à prática desse ilícito, o que exigiria estudos aprofundados de sociologia, antropologia, psicologia, economia, entre outros ramos do conhecimento, que não é o objetivo deste trabalho.

Diante da vulnerabilidade e ainda, da preferência das organizações criminosas pelos bancos, quais as medidas a serem adotadas pelos dirigentes e empregados

dessas empresas para impedir a sua utilização na prática da lavagem de dinheiro? Esta é a questão que se pretende responder com a elaboração deste estudo.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo final deste trabalho é apresentar subsídios que permitam reconhecer indícios de lavagem de dinheiro por intermédio do setor bancário, visando a sua prevenção.

Para atingir o objetivo final, é necessário conhecer o processo de lavagem de dinheiro como um todo. Para isto temos que abordar vários temas que envolvem o processo, quais sejam:

- fornecer uma visão geral do processo de lavagem de dinheiro;
- analisar os mecanismos, as modalidades mais comuns, os segmentos e instrumentos utilizados na lavagem de dinheiro;
- examinar a legislação brasileira e acordos internacionais que regem a matéria;
- conhecer os princípios para a avaliação dos sistemas de controles internos dos bancos, constantes do Acordo da Basiléia;
- avaliar os impactos na imagem institucional de um banco sob suspeita de estar associado a um processo de lavagem de dinheiro;
- conhecer de forma geral, os órgãos de combate à lavagem de dinheiro, e de forma específica, os de fiscalização e controle das instituições financeiras;
- estudar a ética como elemento de análise crítica e orientação, visando a adoção de uma postura correta diante de situações que possam caracterizar crime de lavagem de dinheiro.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O processo de lavagem de dinheiro à primeira vista pode parecer simples, pois se constitui basicamente de três etapas independentes que ocorrem, com frequência, de forma simultânea:

Colocação

Ocultação

Integração

Entretanto, essa aparente simplicidade desaparece em meio aos diversos segmentos, instrumentos e modalidades que são utilizados para prática do crime.

Conforme citado anteriormente, são vários os setores utilizados para a execução do processo, podendo ser através de instituições financeiras, passando por agências de turismo, revendedoras de veículos, empresas de correios, imobiliárias, entre outros.

Por ser considerado o setor mais vulnerável e, em virtude disto, o mais utilizado por criminosos no mundo inteiro, este estudo terá o seu foco central no setor bancário. Sem deixar de lado os demais setores, serão estudados especificamente os meios pelos quais o dinheiro “sujo” é inserido na economia através dos bancos, que, embora em alguns casos têm sido coniventes com o crime, na maioria das vezes são utilizados sem que as pessoas, dirigentes ou empregados, percebam que a instituição está sendo usada para a prática de um crime.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O crime de lavagem de dinheiro, bem como outros a ele relacionados, tem exigido um esforço por parte dos países para adoção de medidas efetivas no sentido de evitar que setores da economia sejam utilizados para a prática desse ilícito. Dessa forma, já existem leis promulgadas por diversos países conferindo responsabilidade aos intermediários, principalmente aos bancos, que, por terem como atividade a movimentação de médias e grandes quantias de dinheiro, podem ser utilizados como instrumento para a lavagem de dinheiro.

Um dos dispositivos destinados ao setor financeiro internacional é o Acordo da Basiléia. Trata-se de um acordo internacional assinado pelos representantes dos bancos centrais do chamado Grupo dos Dez – “G-10” em 12 de dezembro de 1988 na Basiléia, Suíça, e adotado por mais de 100 países, inclusive o Brasil, com o objetivo principal de garantir a solidez e segurança das instituições bancárias. Esse acordo define também princípios para a avaliação de sistemas de controles internos das instituições e regras que têm como objetivo a prevenção do uso do sistema bancário nos processos de lavagem, às quais devem se enquadrar todos os bancos pertencentes aos países membros e não-membros do G-10 que o adotaram.

No Brasil entrou em vigor em 3 de março de 1998 a Lei nº 9.613 que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, estabelece responsabilidades civil e administrativa, prevê a obrigatoriedade de comunicação de operações financeiras, estabelece penalidades e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, examinar e identificar ocorrências suspeitas e, em alguns casos, atuar como órgão fiscalizador ou regulador.

O Banco Central do Brasil – BACEN, através da Resolução 2.554 de 24 de setembro de 1998, determina às instituições financeiras a implantação e implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas.

Diante dos dispositivos legais que determinam responsabilidades, estabelecem obrigações aos bancos e instituem penalidades pelo não cumprimento dessas obrigações, é imprescindível que os profissionais que atuam nesse segmento saibam identificar situações que possam caracterizar crime de lavagem de dinheiro e conheçam medidas que irão prevenir essa operação ilegal.

Este trabalho pretende fornecer subsídios básicos aos trabalhadores bancários para que possam atuar preventivamente em situações suspeitas, e dar cumprimento às exigências legais, salvaguardando a si e a instituição contra possíveis penalidades por omissão ou desconhecimento.

1.5 METODOLOGIA

Cada instituição financeira tem seus próprios mecanismos internos para identificação e prevenção da lavagem de dinheiro. A tentativa de colher informações junto às instituições seria infrutífera por tratar-se de assunto que envolve a política de segurança bancária de cada empresa e que, se fossem divulgadas colocariam em risco o processo interno da instituição.

Considerando a finalidade prática deste trabalho, que é a de agregar conhecimento aos profissionais do setor bancário objetivando fornecer subsídios que permitam o reconhecimento de indícios de lavagem de dinheiro com vistas à prevenção, e, diante da impossibilidade de acesso às informações dos mecanismos e sistemas de controles internos das instituições, que inviabiliza a utilização dos

demais métodos, optou-se por realizar pesquisa bibliográfica na literatura e legislação encontrada sobre o tema.

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E LEGISLAÇÃO

Também conhecida como Branqueamento de Capitais, a lavagem de dinheiro é definida de diversas formas, convergindo sempre para um conceito comum.

Lavagem de dinheiro é a expressão utilizada para definir o processo pelo qual um indivíduo ou organização buscam, por meio de operações financeiras ou comerciais, dissimular a origem ilícita de recursos ou bens, incorporando-os à economia formal, fazendo com que tais recursos ou bens aparentem ter sido adquiridos legalmente.

Powis (1993) diz que a lavagem de dinheiro tem sido definida como uso do dinheiro derivado de atividade ilegal pela ocultação da identidade dos indivíduos que o obtiveram e pela sua conversão em bens que aparentem vir de uma fonte legítima.

Barros (1998) descreve que a lavagem de dinheiro consiste na operação financeira ou transação comercial que oculta ou dissimula a incorporação, transitória ou permanente, na economia ou no sistema financeiro do País, de bens, direitos ou valores que, direta ou indiretamente, são resultado ou produto dos seguintes crimes:

a) tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins; b) terrorismo; c) contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção; d) extorsão mediante seqüestro; e) praticados contra a Administração Pública; f) cometidos contra o sistema financeiro nacional; g) praticados por organização criminosa.

O COAF na Cartilha sobre Lavagem de Dinheiro a define como sendo o processo pelo qual o criminoso transforma recursos ganhos em atividades ilegais em ativos com uma origem aparentemente legal. Essa prática geralmente envolve múltiplas transações, usadas para ocultar a origem dos ativos financeiros e permitir

que eles sejam utilizados sem comprometer os criminosos. A dissimulação é, portanto, a base para toda operação de lavagem que envolva dinheiro proveniente de um crime antecedente.

A Lei 9.613 de 3 de março de 1998 define:

Artigo 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – de terrorismo;

III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV – de extorsão mediante seqüestro;

V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa;

VIII – praticado por particular contra a administração pública estrangeira.

Pela definição mais comum da Cartilha sobre Lavagem de Dinheiro do COAF, constitui um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos.

Em termos gerais, lavar recursos é fazer com que produtos de crime pareçam ter sido adquiridos legalmente.

Conceitualmente, a lavagem de dinheiro merece séria consideração sob dois principais aspectos. Primeiro, permite aos criminosos ou funcionários corruptos a continuarem com suas atividades, facilitando seu acesso aos lucros ilícitos. Segundo, mancha as instituições financeiras e, se não controlado, pode minar a confiança pública em sua integridade.

2.1 O PROCESSO

Para disfarçar os lucros ilícitos sem comprometer os envolvidos, a lavagem de dinheiro realiza-se por meio de um processo dinâmico que requer: primeiro, o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime; segundo, o disfarce de suas várias movimentações para dificultar o rastreamento desses recursos; e terceiro, a disponibilização do dinheiro novamente para os criminosos depois de ter sido suficientemente movimentado no ciclo de lavagem e poder ser considerado “limpo”.

2.1.1 Os Mecanismos

Conforme citado no item de delimitação do estudo, os mecanismos mais utilizados no processo envolvem basicamente três etapas independentes que ocorrem, com frequência, simultaneamente:

- **Colocação** – Com o objetivo de ocultar a origem do dinheiro, o criminoso procura movimentá-lo bastante. A colocação se efetua por meio de depósitos, compra de bens, compra de bilhetes premiados de loterias, entre outros. Para dificultar a identificação da procedência do dinheiro, os criminosos aplicam técnicas sofisticadas, tais como o

fracionamento dos valores que transitam pelo sistema financeiro e a utilização de estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, etc, que usualmente trabalham com dinheiro em espécie. Para essa movimentação é dada preferência aos países com regras mais permissivas e naqueles que possuem um sistema financeiro mais liberal.

- **Ocultação** – A segunda etapa do processo consiste em dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos. O objetivo é descaracterizar as evidências ante a possibilidade da realização de investigações sobre a lavagem do dinheiro. Os criminosos buscam movimentá-lo de forma eletrônica, transferindo-o entre bancos, para países amparados por lei de sigilo bancário – ou realizando depósitos em contas de “laranjas” ou “fantasmas”.
- **Integração** – Nesta última etapa, os ativos são incorporados formalmente ao sistema econômico. As organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades – podendo tais sociedades prestar serviços entre si. Uma vez formada a cadeia, torna-se mais fácil legitimar o dinheiro ilegal.

2.1.2 As Modalidades

Os criminosos são motivados por uma coisa apenas: o lucro. A ganância impulsiona o criminoso e o resultado final é que o dinheiro obtido ilegalmente tem de ser introduzido no sistema financeiro do país. A lavagem de dinheiro envolve dissimular os ativos de modo que eles possam ser usados sem que se possa identificar a atividade criminosa que os produziu. Daí a conceituação firmada no

sentido de ser a lavagem de dinheiro o método pelo qual um indivíduo ou uma organização criminosa processa os ganhos financeiros obtidos com atividades ilegais. Diversos são os métodos, ou modalidades utilizadas. As mais comuns são:

Empresas de Fachada

Pode ser uma empresa legítima, que mescla recursos ilícitos com sua própria receita. Pode, também, ser uma empresa fictícia, montada unicamente para viabilizar a operação de lavagem. Pode dispor de uma localização física, de um escritório, mas toda receita do negócio provém da atividade criminosa.

Compra de Ativos ou Instrumentos Monetários

O indivíduo adquire, com recursos ilícitos, ativos tangíveis como automóveis, barcos, aeronaves, propriedades imobiliárias e metais preciosos ou ainda instrumentos monetários como ordens de pagamento, vales postais, cheques administrativos ou cheques de viagem e ações. Frequentemente, o varejista que vende o bem para o agente de lavagem o faz com conhecimento das conexões ilegais. O agente de lavagem então usa os bens adquiridos diretamente na sua atividade criminosa, ou os utiliza como maneira de transformar a natureza dos recursos.

Contrabando de Moeda

Envolve o transporte físico, para o exterior, de recursos oriundos de atividades criminosas. O transporte poderá ser feito através de aviões, barcos, automóveis, ou oculto em bagagens, compartimentos secretos, escondido em eletrodomésticos, contêineres, etc. Esses recursos poderão retornar posteriormente ao país de origem via métodos aparentemente legais como transferência eletrônica ou retiradas bancárias.

Apesar das limitações impostas pelo volume físico do dinheiro, os agentes de lavagem têm demonstrado alto grau de imaginação na hora de encontrar maneiras de movimentar os recursos ilegais sob a forma de moeda.

Transferências Eletrônicas de Fundos

O uso das transferências eletrônicas provavelmente constitui a técnica mais importante para a estratificação de fundos de origem ilícita, tanto em termos do volume de dinheiro que pode ser movimentado, quanto da quantidade de transferências efetuadas.

Com as facilidades hoje existentes, é possível transferir recursos a partir de vários locais, no mesmo país ou no exterior, para uma ou diversas contas. Depois de os recursos terem sido transferidos por diversas vezes – especialmente quando há transferências sucessivas – fica difícil identificar a fonte original dos fundos. Quando o saldo da conta atingir determinado patamar, os recursos são transferidos para fora do país. A exigência da identificação do portador de valores acima de determinados patamares evita maiores prejuízos, caso as autoridades consigam apreender ou bloquear alguma conta.

Aquisição de Bilhetes Premiados de Loterias

O indivíduo adquire, com recursos oriundos de atividades ilícitas, bilhetes de loterias e prognósticos já premiados, por valor acima do real, pagando geralmente em espécie. Dessa forma o acréscimo de patrimônio é justificado por meio de documentação legal. No Brasil, há alguns anos, acompanhamos pela imprensa o caso de uma autoridade que afirmou ter “ganhado” mais de duzentas vezes na loteria.

Aquisição de Cheques Pré-Datados

O agente adquire, pagando geralmente em espécie, cheques pré-datados em *factorings*, postos de gasolina, supermercados e outros locais que recebem grandes volumes de cheques de baixo valor, depositando-os nas datas aprazadas, o que impossibilita o rastreamento posterior da verdadeira origem dos recursos.

Aquisição de Jóias

Não se exige nota fiscal para comprovar a propriedade de jóias. Isso facilita a sua aquisição, em grande quantidade no mercado paralelo ou em leilões, e permite transformar o dinheiro de origem ilícita em ativos bem aceitos e menos questionáveis que os recursos em espécie.

Empréstimos

O indivíduo consegue empréstimos totalmente legítimos oferecendo como garantia aplicações em poupança, títulos diversos, certificados de depósitos bancários, letras hipotecárias, adquiridos com recursos ilegais. Com esses empréstimos, ele compra imóveis, empresas ou outros ativos, justificando as aquisições com o empréstimo tomado, tornando mais difícil a ligação com a verdadeira origem dos recursos.

Estruturação

Na estruturação, também conhecida como *smurfing*, um ou mais indivíduos conduzem, com os recursos ilegais, e por um período maior de tempo, múltiplas transações em uma ou mais instituições financeiras. Os grandes volumes de dinheiro vivo gerados pela atividade criminosa são “estruturados” ou divididos em valores inferiores ao patamar de R\$ 10.000,00 , a partir do qual se exige registro da operação.

Mutação de Ativos

O indivíduo compra determinado ativo vendendo-o em seguida e comprando outros ativos diferentes com o produto da venda e assim sucessivamente, fazendo com que se torne difícil a determinação da origem do recurso.

Vendas ou Exportação de Bens

Por essa técnica, os bens comprados com fundos de origem ilícita são vendidos para outro local ou exportados. A identidade do comprador original torna-se obscura, o que dificulta a identificação da fonte de origem.

Vendas Fraudulentas de Propriedades Imobiliárias

O agente compra uma propriedade com recursos de origem ilícita e paga por ela um valor declarado significativamente inferior ao valor real da transação. Ele paga a diferença ao vendedor, em espécie, “por debaixo do pano”. Mais tarde, pode revender a propriedade pelo seu real valor e justificar a diferença como sendo ganho de capital.

Cumplicidade de Bancos Estrangeiros

Instituições financeiras estrangeiras podem fornecer uma explicação para a origem dos recursos, legitimando-os. Essa explicação não pode ser confirmada devido as leis de sigilo bancário ou empresarial do país estrangeiro. Como esta técnica exige todo um esquema, a instituição financeira poderá ajudar no processo, com ou sem seu conhecimento.

Faturas Falsas de Importação e Exportação

Essa técnica envolve o aumento no valor das importações e exportações. Se o valor da importação for superestimado na fatura, quando esta for paga, a diferença

acima do valor real dos bens pode ser enviada ao exterior sem maiores problemas. Posteriormente, este recurso poderá voltar ao país de origem como investimento estrangeiro. No caso das exportações, a venda por um preço acima do praticado no mercado, permite o retorno de recursos oriundos do exterior sem causar grandes suspeitas.

Mescla

Constitui-se na mistura de recursos ilícitos com os recursos legítimos de uma empresa, que depois apresenta o volume total como sendo a receita proveniente da sua atividade legítima. A técnica da mescla tem a vantagem de fornecer uma explicação quase imediata para um alto volume de moeda, a saber, a receita gerada por um negócio legítimo. A menos que uma instituição financeira suspeite de um problema com a transação – se, por exemplo, as receitas são elevadas demais para o volume de comércio numa área específica - torna-se difícil para as autoridades detectarem a mescla de recursos ilegais.

Cumplicidade de Agente Interno ou de uma Organização

Individualmente ou em conjunto, funcionários de instituições financeiras ou empresariais facilitam a lavagem de dinheiro na medida em que conscientemente aceitam depósitos de grandes somas de dinheiro, mas não apresentam as comunicações destas operações, ou então as apresentam com dados falsos, ou isentam indevidamente clientes das exigências de registro, etc. Esta técnica permite ao lavadeiro evitar a detecção, contando com a colaboração da primeira linha de defesa contra a lavagem de dinheiro, isto é, o funcionário da instituição financeira.

2.1.3 Os Segmentos Utilizados

As organizações geralmente contam com assessoria de especialistas financeiros com excelente formação profissional, para utilização de técnicas que envolvam mais de um setor econômico no processo de lavagem de dinheiro.

Vários são os segmentos utilizados, entretanto, alguns têm a preferência das organizações. A seguir são abordados os principais segmentos envolvidos no processo.

Instituições Financeiras

As instituições financeiras no Brasil, controladas pelo Banco Central, compõem um dos setores mais visados pelas organizações criminosas para realização de operações de lavagem de dinheiro. A razão disso é que novas tecnologias e a globalização dos serviços financeiros imprimem uma velocidade sem precedentes à circulação do dinheiro. Recursos em busca de taxas de juros mais atraentes, compra e venda de divisas e operações internacionais de empréstimo e financiamento, misturam-se num vasto circuito de transações complexas. Nessas transações, o dinheiro sujo adquirido de forma ilícita se mistura com quantias que as instituições financeiras movimentam legalmente todos os dias, o que favorece o processo de dissimulação da origem ilegal. As redes mundiais que interligam computadores, a exemplo da *Internet*, favorecem amplamente este processo, ampliando as possibilidades de movimentação dos recursos, conferindo rapidez e garantindo o anonimato das operações ilegais.

Este é, portanto, o setor mais afetado e o mais utilizado nos processos de lavagem de dinheiro, mesmo quando as operações criminosas não são realizadas pelas próprias instituições financeiras. Elas acabam sendo o meio por onde

transitam os recursos até a chegada ao mercado – ocorrendo a integração, última etapa do processo de lavagem.

Companhias Seguradoras

O mercado de seguros, capitalização e previdência privada aberta, fiscalizado no Brasil pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, é outro setor vulnerável.

Seja em relação aos acionistas, seja em relação aos segurados, subscritores, participantes e intermediários pode haver a tentativa de “limpeza” de recursos, das seguintes formas:

- os acionistas podem usar seu poder de deliberação realizando investimentos que possibilitem a prática de lavagem de dinheiro;
- os segurados, por sua vez, podem lavar recursos mediante a apresentação de avisos de sinistros falsos ou fraudulentos, o mesmo ocorrendo aos subscritores e participantes, os quais podem, respectivamente, transferir a propriedade de títulos de capitalização sorteados e inscrever pessoas inexistentes ou falecidas em planos de previdência privada aberta.

Mercado Imobiliário

Neste setor também a prática da lavagem de dinheiro é muito freqüente. Por meio da transação de compra e venda de imóveis e de falsas especulações imobiliárias, os agentes criminosos lavam recursos com extrema facilidade, principalmente se eles utilizam recursos em espécie. A criatividade das organizações criminosas faz com que suas atuações no setor do mercado imobiliário sejam

extremamente dinâmicas, dificultando o trabalho de detecção das ilegalidades. A ausência de controle desse setor também facilita a ação dos criminosos.

Bolsas de Valores

No Brasil, o controle e fiscalização das Bolsas de Valores é responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As Bolsas de Valores visam facilitar a compra e venda de ações e direitos. Nelas, é possível a realização de operações de compra e venda de ações ou do direito sobre essas ações. Os investidores, porém, não compram ações diretamente em uma bolsa. Compram-nas através das sociedades corretoras membros daquela entidade. O cliente emite uma ordem de compra ou venda à sua corretora e esta se encarrega de executá-la no pregão. Para isto as corretoras mantêm, no recinto de negociação, seus operadores, que são habilitados por meio de um exame de qualificação.

Para fechar uma operação na bolsa, qualquer pessoa, banco ou empresa tem que usar os serviços de uma corretora, que recebe uma taxa de corretagem por realizar essa transação.

As Bolsas de Valores oferecem também as condições propícias para se efetuarem operações de lavagem de dinheiro, tendo em vista que:

- permitem a realização de negócio com características internacionais;
- possuem alto índice de liquidez;
- as transações de compra e venda podem ser efetuadas em um curto espaço de tempo;
- as operações são realizadas, em sua grande maioria, por intermédio de um corretor, e existe muita competitividade entre os corretores.

Paraísos Fiscais

Países que têm por opção uma legislação tributária flexível, um serviço bancário bem regulamentado, oferecem vantagens fiscais e leis de rigoroso sigilo bancário. Possibilitam o anonimato de titulares de contas e por não se preocuparem com a natureza da organização, acabam servindo de ferramentas para o crime de lavagem de dinheiro.

Tanto os paraísos fiscais quanto os centros *off-shore* compartilham, teoricamente, de uma finalidade e uma certa justificação comercial. No entanto, os principais casos de lavagem de dinheiro descobertos nos últimos anos envolvem organizações criminosas que se aproveitaram, de forma generalizada, das facilidades oferecidas por eles para realizarem manobras ilegais.

Alguns exemplos de paraísos fiscais:

Ilhas Cayman

Mais de 600 bancos de todo o mundo têm autorização para atuar nas Ilhas Cayman, mas aproximadamente apenas 120 têm representantes lá. Os outros são bancos “virtuais”, cuja contabilidade é feita geralmente no país de origem. Os bancos brasileiros possuem 57 agências ou subsidiárias, sendo 12 com presença física.

Bahamas

Nas Bahamas existem atualmente 31 agências ou subsidiárias de bancos brasileiros autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Localizada estrategicamente entre a Colômbia e os Estados Unidos, o arquipélago contém centenas de pequenas ilhas desertas que servem como depósito intermediário de drogas, estando a apenas 40 milhas ao sul da Flórida.

Panamá

No Panamá existem 9 agências ou subsidiárias de bancos brasileiros autorizadas a operar pelo Banco Central. O problema de lavagem de dinheiro no Panamá é evidenciado pelos fracos controles sobre o dinheiro, sobre as importações e exportações através da Zona Franca de Colón, além da facilidade para as incorporações numa economia baseada em dólar.

Outros exemplos de paraísos fiscais são:

Aruba, Mônaco, Líbano, Liechtenstein, Israel, Ilhas Marshall.

Centros Off-Shore

São centros de negócios, financeiros e comerciais, extraterritoriais, não submetidos ao controle das autoridades administrativas de nenhum país e, portanto, isentos de controle.

Um banco *off-shore* é qualquer centro financeiro que oferece serviços exclusivamente, ou principalmente, para pessoas que não residem naquele país.

Pode parecer surpreendente que bancos *off-shore* - conhecidos como depósitos de capital estrangeiros – existam nos Estados Unidos. O *First Colorado Depositary Corp.*, diz ser o primeiro banco *off-shore* a se estabelecer em solo norte-americano.

Esses bancos oferecem diversos serviços legítimos, mas muitos viram as costas ou mesmo ajudam quando se trata de esconder os frutos de fraude ou outros tipos de atividade criminosa.

As leis que governam bancos *off-shore* e a quantidade de informação disponível às autoridades varia de país a país. A grande maioria desses bancos se

estabeleceu em países do Caribe e da América Latina (44% do total), seguidos pela Europa (28%), Ásia/Pacífico (18%). Os demais estão em países da África e do Oriente Médio.

Exemplos típicos que podem ser aplicados a uma companhia *off-shore*:

Companhias de Importação/Exportação: Uma companhia de importação ou exportação pode estabelecer-se em uma área *off-shore*. A companhia receberia pedidos diretamente do comprador, mas teria as mercadorias entregues diretamente àquele comprador pelo fabricante ou no lugar onde foi comprada. Os lucros provenientes da diferença entre os preços de compra e preços de venda seriam então acumulados em uma área livre de impostos ou com taxas extremamente baixas.

Países Não Cooperantes

São países e territórios que não colaboram no combate à lavagem de dinheiro por manter legislação que facilite a adoção de práticas que propiciem esse crime, preservando sigilos, permitindo manobras ilegais, dificultando o acesso às informações e o rastreamento de recursos obtidos com a prática de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro.

Além dos setores aqui mencionados, outros também podem ser usados pelas organizações criminosas para a lavagem de dinheiro, tais como: Empresas de Investimentos; Agências de Turismo; Empresas de Correios; Revendedoras de Veículos; Bancos *On-Line* e Cassinos na *Internet*; Operadoras de Câmbio; Empresas de Factoring; Cassinos e Casas de Jogos (Bingos).

2.1.4 Os Instrumentos de Lavagem de Dinheiro

O agente de lavagem de dinheiro geralmente utiliza-se dos mesmos instrumentos financeiros empregados por empresas comerciais legítimas. Alguns instrumentos são mais úteis ou têm a preferência dos *lavadeiros* porque são mais convenientes ou porque facilitam o encobrimento da fonte que originou os recursos.

Dentre os mais utilizados encontramos os seguintes:

Moeda

As transações ilegais originais costumam gerar moeda ou dinheiro em espécie. Nisto reside a principal matéria prima que o lavadeiro processa para seu cliente. O agente de lavagem normalmente tem de fazer uma opção básica entre colocar o dinheiro no sistema financeiro sem ser detectado pelas autoridades ou então contrabandear os recursos para fora do país.

Cheques Administrativos

Um cheque administrativo é um cheque emitido pelo banco contra si mesmo. É relativamente fácil e barato de ser obtido e normalmente é considerado tão bom quanto dinheiro em espécie. Muitos criminosos adquirem cheques administrativos como um dos primeiros passos no esquema de lavagem de dinheiro.

Cheques Pessoais

Cheques pessoais são cheques que permitem fazer uma retirada da conta de um indivíduo ou organização. É o cheque comum. Esse instrumento é também fácil e barato. Em alguns esquemas de lavagem de dinheiro, os fundos são estruturados e colocados em contas bancárias de pessoa física, mas com nomes falsos. A organização de lavagem de dinheiro controla os talões de cheques e envia grandes quantidades de cheques preenchidos e endossados como forma de transferência de

recursos. Os cheques freqüentemente trazem apenas um nome e não possuem qualquer outro elemento identificador pessoal.

Ordens de Pagamento

A ordem de pagamento é outro instrumento de troca emitido, mediante cobrança de uma taxa, por bancos ou por agentes de empresas comerciais que trabalham com ordens de pagamento. Trata-se de um instrumento que é geralmente utilizado por pessoas que não têm conta corrente a partir da qual possam pagar as contas e fazer transferências de dinheiro para outros locais. Como os compradores normalmente não precisam se identificar (com número de conta ou com carteira de identidade), os agentes de lavagem usam a compra de ordens de pagamento com recursos ilícitos ainda como uma etapa adicional no esquema criminoso.

Saques Bancários

Saque bancário consiste num cheque que permite a retirada dos recursos do próprio banco, depositados em outro banco com o qual o primeiro tem um vínculo de correspondência. Um dos saques bancários mais usados na lavagem de dinheiro é o saque bancário estrangeiro. Os saques bancários permitem a um empresário legítimo (ou a um agente de lavagem) movimentar recursos de um país para outro tão rapidamente como se fosse moeda, embora mais lentamente do que as transferências eletrônicas. Por exemplo, no caso de um saque bancário mexicano, o agente de lavagem obtém o cheque de um banco do México, usando recursos ilícitos contrabandeados dos Estados Unidos da América. O saque em si representa o dinheiro que o banco tem depositado em conta num banco norte-americano e que pode ser pago ao comprador ou a outra por este indicada. O lavadeiro pode então

transportar o saque bancário mexicano para os Estados Unidos sem que a fonte original dos recursos esteja aparente.

Transferências Eletrônicas

Não existe ainda uma padronização de terminologia para descrever as novas formas de pagamento baseadas em cartões inteligentes (*smart card*) e na tecnologia da *Internet*. Conseqüentemente, as pessoas podem referir-se a dinheiro eletrônico, moeda eletrônica e uma série de outras expressões gerais que dizem respeito ao mesmo mecanismo. Em função dessa falta de padronização na terminologia tem sido utilizada a palavra *ciberpagamento*, uma palavra que oficialmente não existe na língua portuguesa, e que foi introduzida no vocabulário a partir da palavra inglesa *cyberpayment*, para indicar os meios de pagamentos que efetuam transações com base no cartão inteligente, contendo um chip, e na *Internet*.

Utiliza-se a expressão *ciberpagamentos* como sendo uma de várias que servem para descrever sistemas que facilitam as transações de valores financeiros, isto é, moeda digital. Esses avanços podem alterar toda a forma de processamento das transações financeiras e toda a operação dos sistemas de pagamentos financeiros. As transações poderão ser feitas via *Internet* ou através de cartões inteligentes que, diferentemente dos cartões de crédito ou cartões de débito, contém um *microchip* que armazena valor no cartão. Essa tecnologia impacta na vida de usuários em todo mundo e traz benefícios facilmente visíveis para o comércio legítimo. Mas, por outro lado, tem também o potencial de facilitar o movimento internacional de recursos ilícitos.

Eficientes pela velocidade e seguros pelo anonimato, os *ciberpagamentos* guardam estas características positivas do ponto de vista do público e das

autoridades responsáveis pela repressão ao crime de lavagem, que não querem ver esses sistemas ameaçados. Por outro lado, essas mesmas características tornam esses sistemas atraentes para aqueles que desejam usá-los para fins ilegais.

Com o advento do banco a domicílio – *home banking* - e dos *ciberpagamentos*, houve um decréscimo das transações realizadas pessoalmente nos bancos. Entretanto, essas facilidades trouxeram uma preocupação quanto a incapacidade das instituições financeiras em “reconhecerem efetivamente seus clientes” neste novo mundo potencialmente anônimo do sistema de pagamento sem papel.

Em sua essência, os primeiros sistemas de transações eletrônicas eram os cartões de crédito e os cartões para uso em caixas automáticos, que continham uma faixa magnética que dava ao usuário acesso a uma linha de crédito ou a uma conta bancária. Surgiram ao mesmo tempo os cartões de faixa magnética que eram capazes de armazenar valor. A incorporação da tecnologia de *microchip* a esses cartões permitiu aumentar a sua capacidade de armazenagem, o grau de segurança e sua aplicabilidade. O cartão de valor armazenado configura ao mesmo tempo um dispositivo de acesso e um veículo auto-contido de armazenamento de valor. Os sistemas de pagamentos baseados na *Internet* utilizam os instrumentos de telecomunicações da *Internet* para facilitar as transações com outros usuários.

3 A ÉTICA E A PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Neste capítulo vamos tratar da Ética como instrumento de análise, crítica e orientação ao comportamento nas relações humanas e de trabalho. Ela é importante para adoção de uma postura correta diante de situações que possam caracterizar crime de lavagem de dinheiro.

É com frequência que ouvimos queixas sobre a falta de ética nas relações humanas dentro dos segmentos sociais. O trabalho e o exercício profissional são dois campos onde o relacionamento ético precisa ser sempre cultivado.

Mas afinal, o que caracteriza um comportamento ético? É comum associarmos a ética às idéias de bem e virtude, enquanto valores necessários à convivência humana de forma justa e aceitável. Podemos afirmar, então, que a ética é uma característica inerente à ação humana.

Através da ética estamos constantemente avaliando nossas ações para saber se são:

- Boas ou más
- Certas ou erradas
- Justas ou injustas
- Benéficas ou maléficas
- Permitidas ou proibidas

No dia-a-dia, freqüentemente nos questionamos se é correto tomar determinadas atitudes. Esta questão nos coloca diante de problemas práticos, que surgem em situações reais e cujas soluções vão além dos interlocutores participantes.

Isto porque as ações e decisões que tomamos afetam outras pessoas e podem gerar conflitos. E para que isto não ocorra, precisamos de normas que coordenem e harmonizem as relações e que indiquem os limites aos quais devemos nos submeter.

Essas normas têm relação com o que chamamos de valores morais, que são um conjunto de práticas cristalizadas por costumes e convivências histórico-sociais. A seguir, destacamos algumas virtudes profissionais:

Responsabilidade

Elemento fundamental para a empregabilidade. Dá significado à vida profissional. Através da responsabilidade, as ações terão maior probabilidade de serem favoráveis aos interesses da empresa, equipe e clientes, dentro e fora da organização.

Lealdade

Elemento que compõe a empregabilidade. Não é sinônimo de obediência cega. Significa fazer críticas construtivas, mantendo-as no âmbito da organização. Um funcionário leal toma medidas concretas e defende a sua organização quando esta se encontra ameaçada.

Iniciativa

Também compõe a empregabilidade. Não significa apenas iniciar um projeto de interesse próprio ou da organização, mas se responsabilizar por sua implementação.

Honestidade

É a primeira virtude no campo profissional. Está relacionada com a confiança e a responsabilidade que nos são atribuídas, perante os bens de terceiros e a manutenção de seus direitos. Princípio que não admite relatividade, tolerância ou interpretações circunstanciais.

Competência

O exercício do conhecimento de forma adequada e persistente a um trabalho ou profissão. Se não é possível acumular todo conhecimento exigido por uma tarefa, é necessário que se tenha a postura ética de recusar serviços quando não se tem a devida capacitação para executá-la.

Prudência

Atitude de análise de situações complexas e difíceis, de maneira mais profunda e minuciosa, contribuindo para tomadas de decisões com maior segurança. É indispensável nos casos de decisões sérias e graves, evitar julgamentos apressados e discussões inúteis.

Sigilo

Significa respeito aos segredos das pessoas, dos negócios e das empresas. Uma informação sigilosa deve ser preservada; o silêncio é obrigatório.

Coragem

Todo profissional precisa ter. Ela ajuda a reagir a críticas e tomar decisões indispensáveis e importantes para eficiência do trabalho.

Perseverança

É a capacidade de superar incompreensões, insucessos e fracassos e prosseguir em seu trabalho, sem entregar-se a decepções ou mágoas.

Compreensão

Qualidade que facilita a aproximação e o diálogo. Muitas vezes precisa ser condicionada pela prudência. Pode realizar muito em benefício de uma atividade profissional, dependendo de ser convenientemente dosada. Não deve ser confundida com fraqueza para que não se percam os objetivos profissionais.

Humildade

Representa a auto-análise que todo profissional deve fazer de sua atividade, a fim de perceber suas limitações e procurar se desenvolver. Deve-se ter o cuidado para que não seja confundida com subserviência.

Imparcialidade

Consiste na adoção de uma postura justa, correta, em relação aos verdadeiros valores sociais e éticos. Assume a posição justa nas situações reais.

Otimismo

Qualidade para se acreditar na capacidade de realização da pessoa humana, no poder do desenvolvimento, enfrentando o futuro com energia e bom-humor.

Um comportamento anti-ético pode comprometer a imagem das instituições financeiras e minar a confiança pública em sua integridade. Então, como o empregado da instituição pode ajudar a prevenir a lavagem de dinheiro?

- assumindo sempre uma atitude ética e avaliando, constantemente, seu comportamento;

- fazendo a sua parte enquanto cidadão e profissional do Sistema Financeiro;
- zelando pela credibilidade dos serviços, afinal é compromisso de cada empregado impedir que a empresa seja utilizada para este fim.

4 A LEGISLAÇÃO E OS ÓRGÃOS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

A preocupação com a proliferação de atividades ilegais nos mais diversos países, entre elas a lavagem de dinheiro, obrigou os Governos e chefes de Estado a tomarem medidas voltadas à implementação de novas modalidades penais, com o objetivo de evitar que setores da economia sejam utilizados nos processos de lavagem de dinheiro e sensibilizar a sociedade para o fato de que não se pode atribuir o controle dessas operações somente aos órgãos repressores do Estado.

4.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Lei 9.613 de 3 de março de 1998

No Brasil, a aprovação da Lei 9.613 de 3 de março de 1998, representa um avanço nesse sentido, pois institui medidas que facilitam os procedimentos investigatórios, define sujeitos, obrigações, sanções e atribuições dos órgãos governamentais fiscalizadores, além de criar, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF – órgão especializado no combate à lavagem de dinheiro em âmbito nacional e internacional.

Entre outras obrigações, a Lei 9.613 define as pessoas sujeitas à lei, que deverão identificar os seus clientes e manter atualizados os seus cadastros, bem como comunicar às autoridades competentes, no prazo de vinte e quatro horas, as operações que possam constituir-se em sérios indícios de crimes. São elas: as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

- a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;

- a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;
- a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários;
- as bolsas de valores e bolsas de mercadorias ou futuros;
- as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;
- as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;
- as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;
- as empresas de arrendamento mercantil (*leasing*) e as de fomento comercial (*factoring*);
- as sociedades que efetuem distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis, imóveis, mercadorias, serviços, ou ainda, concedam descontos na sua aquisição mediante sorteio ou método assemelhado;
- as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades aqui listadas, mesmo que de forma eventual;

- as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;
- as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades aqui referidas;
- as pessoas jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;
- as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades.

Como podemos observar, as pessoas sujeitas à Lei 9.613 são, em sua maioria, pertencentes ao sistema financeiro.

Resolução BACEN 2.554 de 24 de setembro de 1998

A Resolução 2.554 do Banco Central do Brasil dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos para as instituições financeiras, de forma a assegurar o conhecimento a todos os funcionários da instituição, atribuindo responsabilidades aos diversos níveis da organização. Essa Resolução tornou clara a importância dos controles internos para que a instituição não incorra em riscos, prevendo, inclusive, sanções às instituições que não cumprirem as determinações nela contidas.

Face à importância do assunto, e para que se tenha uma noção exata do grau de comprometimento exigido, pelo Banco Central, de todos os funcionários das instituições financeiras, vale a pena a conhecer esse normativo:

O Banco Central do Brasil

(...)

Resolveu:

Art. 1º Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

§ 1º Os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

§ 2º São de responsabilidade da diretoria da instituição:

I – a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição;

II – o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos;

III – a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

Art. 2º Os controles internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

I – a definição de responsabilidades dentro da instituição;

II – a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie;

III – meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição;

IV – a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;

V – a contínua avaliação dos diversos riscos associados às atividades da instituição;

VI – o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;

VII – a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

§ 1º Os controles internos devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados.

§ 2º A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.

§ 3º A atividade de que trata o § 2º., quando executada por unidade específica da própria instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, poderá ser executada:

I – por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;

II – pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada a instituição;

III – por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convênio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço.

§ 4º No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida por unidade própria, deverá essa estar diretamente subordinada ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria da instituição.

§ 5º No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida segundo uma das faculdades comerciais estabelecidas no § 3º, o responsável por sua execução deve reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria da instituição.

§ 6º As faculdades estabelecidas no § 3º, incisos II e III, somente poderão ser exercidas por cooperativas de crédito e por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários não integrantes de conglomerados financeiros.

Art. 3º O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de relatórios, no mínimo semestrais, contendo:

I – as conclusões dos exames efetuados;

II – as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III – a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

§ Único. As conclusões, recomendações e manifestação referidas no incisos I, II e III deste artigo:

I – devem ser submetidas ao conselho de administração ou, na falta desse, à diretoria, bem como a auditoria externa da instituição;

II – devem permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 4º Incumbe à diretoria da instituição, além das responsabilidades enumeradas no art. 1º, § 2º, a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os funcionários, a importância dos controles internos e o papel de cada um no processo.

Art. 5º O sistema de controles internos deverá estar implementado até 31.12.99, com a observância do seguinte cronograma:

I – definição das estruturas internas que tornarão efetivos a implantação e o acompanhamento correspondentes – até 31.01.99;

II – definição e disponibilização dos procedimentos pertinentes – até 30.06.99.

§ Único. A auditoria externa da instituição deve fazer menção específica, em seus pareceres, à observância do cronograma estabelecido neste artigo.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I – determinar a adoção de controles adicionais nos casos em que constatada inadequação dos controles implementados pela instituição;

II – imputar limites operacionais mais restritivos à instituição que deixe de observar determinação nos termos do inciso I no prazo para tanto estabelecido;

III – baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, incluindo a alteração do cronograma referido no art. 5º.

(...)

Circular BACEN 2.852 de 3 de dezembro de 1998

A Circular nº 2.852, de 3 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613, de 3 de março de 1998.

Merecem destaques os seguintes aspectos contidos nessa Circular:

As instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estão obrigadas a manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes e a manter controles e registros consolidados que

permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira.

A Circular chama a atenção também para as operações cujo titular de conta corrente apresente créditos ou débitos que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício que objetive burlar os mecanismos de identificação, bem como para as operações ou propostas cujas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou que, pela falta de fundamento econômico ou legal, possam indicar a existência de crime, ou com ele relacionar-se.

Os cadastros e registros dos clientes e das operações devem ser mantidos e conservados durante o período mínimo de cinco anos contados a partir do primeiro dia do ano seguinte ao do encerramento das contas correntes ou da conclusão das operações.

Devem ser comunicadas ao Banco Central, na forma que este determinar as seguintes operações:

- que envolvam moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, metais ou qualquer outro ativo passível de ser convertido em dinheiro, de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00;
- realizadas com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo, em um mesmo mês calendário, por instituição ou entidade, em seu conjunto, que superem o valor acima referido.

A comunicação dessas operações ao BACEN deve ser efetuada sem que seja dada ciência aos envolvidos.

As instituições, bem como os seus administradores e empregados que deixarem de cumprir as obrigações contidas nessa Circular, estão sujeitas à aplicação das sanções abaixo, cumulativamente ou não:

- advertência;
- multa pecuniária variável, de um por cento até o dobro do valor da operação, ou até duzentos por cento do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou ainda, multa de até R\$ 200.000,00;
- inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Carta-Circular BACEN 2.826 de 4 de dezembro de 1998

A Carta-Circular nº 2.826, de 4 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil, divulga a relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência de crimes, e estabelece os procedimentos para sua comunicação.

As situações descritas nessa Carta-Circular serão tratadas em capítulo específico sobre o reconhecimento de indícios de lavagem de dinheiro. Cabe salientar, entretanto, que uma operação não deve ser analisada isoladamente, sob pena de se incorrer em erro de julgamento. Devem ser consideradas as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos ou a falta de fundamento econômico ou legal, para se concluir que a situação realmente configura crime de lavagem de dinheiro.

A Carta-Circular 2.826 determina ainda, que a comunicação ao Banco Central do Brasil, das operações citadas na Resolução BACEN 2.852 devem ser realizadas

por meio do Sistema de Informações Banco Central – SISBACEN, até o dia útil seguinte àquele em que forem verificadas. Determina ainda que os dados relativos àquelas operações devem ser mantidos à disposição do Banco Central, compreendendo, no mínimo, o seguinte:

- tipo da operação;
- valor em reais;
- data de realização;
- número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do titular;

4.2 O ACORDO DA BASILÉIA

Conforme já mencionado, o Acordo da Basiléia constitui-se de um acordo internacional assinado em 12 de dezembro de 1988 na Basiléia, Suíça, pelos representantes dos bancos centrais do chamado Grupo dos Dez – “G-10”, e que foi adotado por mais de 100 países, entre eles o Brasil, cujo objetivo é o de garantir a solidez e a segurança das instituições bancárias.

A fragilidade do sistema bancário de um país, seja ele desenvolvido, seja em desenvolvimento, pode ameaçar a estabilidade financeira tanto interna quanto externamente. A necessidade de fortalecer a solidez dos sistemas financeiros, fez com que o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia elaborasse uma declaração de princípios, destinada ao setor financeiro internacional, com o objetivo de prevenir o uso do sistema bancário nos processos de lavagem de dinheiro.

O documento foi elaborado por um grupo formado por representantes do Comitê da Basiléia e também do Chile, da China, da República Checa, de Hong

Kong, do México, da Rússia e da Tailândia. Contou ainda com a estreita colaboração de mais nove países: Argentina, Brasil, Cingapura, Coréia do Sul, Hungria, Índia, Indonésia, Malásia e Polônia.

Tratam-se de regras sem obrigação legal, mas que trazem em seu conteúdo, princípios para avaliação de sistemas de controles internos das instituições financeiras. A seguir a declaração contendo os princípios elaborados pelo Comitê da Basiléia.

Controle pela administração e cultura de controle

Princípio 1:

O conselho de diretores deve responsabilizar-se pela aprovação das estratégias e políticas; compreender os riscos incorridos pelo banco, ajustando-os a níveis aceitáveis e assegurando-se de que a alta administração tome as medidas necessárias para identificar, monitorar e controlar estes riscos; aprovação da estrutura organizacional; e assegurar-se de que a administração sênior monitorea a eficácia do sistema de controles internos.

Princípio 2:

A administração sênior deve ter a responsabilidade de executar as estratégias aprovadas pelo conselho; ajustando as políticas internas apropriadas de controle; e monitorando a eficácia do sistema de controles internos.

Princípio 3:

O conselho de diretores e a administração sênior são responsáveis pela promoção de elevados padrões éticos e de integridade, e por estabelecer uma cultura dentro da organização que enfatiza e demonstra a todos os níveis do pessoal a importância dos controles internos. Todos os níveis do pessoal em uma

organização bancária necessitam compreender seu papel no processo de controles internos e estar inteiramente engajados no processo.

Avaliação de risco

Princípio 4:

A administração sênior deve assegurar-se de que os fatores internos e externos que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do banco estão sendo identificados e avaliados. Esta avaliação deve cobrir todos os vários riscos que o banco enfrenta (por exemplo, o risco de crédito, o risco do país e de transferência, o risco de mercado, o risco de taxa de juros, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco legal e o risco de reputação).

Princípio 5:

A administração sênior deve assegurar-se de que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos podem demandar revisão de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

Atividades de controle

Princípio 6:

As atividades de controle devem ser uma parte integral das operações diárias de um banco. A administração sênior deve estabelecer uma estrutura apropriada de controle para assegurar controles internos eficazes, definindo as atividades de controle em cada nível do negócio. Estes devem incluir: revisões de alto nível; controles apropriados da atividade de departamentos ou divisões diferentes; controles físicos; verificação periódica de aderência aos limites de exposição; um sistema das aprovações e autorizações; e, um sistema da verificação e

reconciliação. A administração sênior deve periodicamente assegurar-se de que todas as áreas do banco estejam aderentes às políticas e procedimentos estabelecidos.

Princípio 7:

A administração sênior deve assegurar-se de que existe segregação de funções apropriada e que ao pessoal não foram atribuídas responsabilidades conflitantes. As áreas de conflitos de interesse potenciais devem ser identificadas, minimizadas, e com cuidado ser monitoradas.

Informação e comunicação

Princípio 8:

A administração sênior deve assegurar-se de que existem dados financeiros, operacionais e de *compliance* internos adequados e detalhados, assim como informação do mercado externo sobre os eventos e as circunstâncias que são relevantes ao processo de tomada de decisão. A informação deve ser confiável, oportuna, acessível, e disponibilizada em um formato consistente.

Princípio 9:

A administração sênior deve estabelecer canais efetivos de comunicação para assegurar-se de que toda a equipe de funcionários esteja inteiramente ciente das políticas e dos procedimentos que afetam seus deveres e responsabilidades e que outras informações relevantes estejam alcançando o pessoal apropriado.

Princípio 10:

A administração sênior deve assegurar-se de que existem sistemas de informação apropriados em funcionamento que cobrem todas as atividades do

banco. Estes sistemas, incluindo aqueles que mantêm ou que se utilizam de dados em formato eletrônico, devem ser seguros e testados periodicamente.

Monitoramento

Princípio 11:

A administração sênior deve monitorar continuamente a eficácia total dos controles internos do banco, a fim de auxiliar no atingimento dos objetivos da organização. O monitoramento dos riscos chaves deve ser parte das operações diárias do banco e deve incluir avaliações independentes, de acordo com o caso.

Princípio 12:

Deve existir uma auditoria interna ampla e eficaz do sistema de controles internos composta por funcionários apropriadamente treinados e competentes. A auditoria interna, como a parte do monitoramento do sistema de controles internos, deve reportar-se diretamente ao conselho de diretores ou ao comitê de auditoria, e à administração sênior.

Princípio 13:

As deficiências identificadas nos controles internos devem ser relatadas de forma tempestiva ao nível apropriado da administração e ser cuidadas prontamente. As deficiências relevantes nos controles internos devem ser relatadas à administração sênior e ao conselho de diretores.

4.3 ÓRGÃOS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

Além de legislações específicas e diversas normas de controle, os países empenhados no combate ao crime de lavagem de dinheiro sentiram também a necessidade de criação de órgãos especializados na repressão desse tipo de crime.

Diante dessa necessidade, surgiram diversos órgãos, dentre os quais citamos o Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro – GAFI, cujo nome original é *Financial Action Task Force* – FATF, criado em 1989 pelos 7 países mais ricos do mundo – o “G-7” – no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com a finalidade de examinar, desenvolver e promover políticas de combate à lavagem de dinheiro.

Ainda em âmbito internacional, foram criadas as Unidades Financeiras de Inteligência, conhecidas como FIU, sigla em inglês de *Financial Intelligence Unit*. É uma agência nacional, central, responsável por receber (e requerer), analisar e distribuir às autoridades competentes as denúncias sobre as informações financeiras com respeito a procedimentos presumidamente criminosos conforme legislação ou normas nacionais para impedir a lavagem de dinheiro.

A principal função de uma FIU é estabelecer um mecanismo de prevenção e controle do delito de lavagem de dinheiro, através da proteção dos setores financeiros e comerciais passíveis de serem utilizados em manobras ilegais. Podem ser de natureza judicial, policial, mista (judicial/policial) ou administrativa. O Brasil optou pelo modelo administrativo e criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a FIU brasileira.

Em âmbito nacional, foi criado o Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros – DECIF, subordinado à Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil, que tem como principais atribuições fiscalizar os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro nas instituições financeiras, como receber comunicações de operações suspeitas no segmento financeiro, cruzando as informações com outros bancos, para encaminhamento ao COAF ou ao Ministério Público.

Dentre os diversos órgãos criados, merecem destaques, pelo seu papel de combate e prevenção à lavagem de dinheiro no setor financeiro, o GAFI, em âmbito internacional, e o nosso COAF.

Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Dinheiro – GAFI

Também conhecido como Grupo de Ação Financeira sobre o Branqueamento de Capitais, o GAFI é um organismo inter-governamental cujo objetivo é o desenvolvimento e promoção de estratégias de luta contra o branqueamento de capitais. Compreende atualmente 26 países, entre os quais figuram centros financeiros da Europa, da América do Norte e da Ásia. Trata-se de um organismo pluridisciplinar, condição fundamental para lutar contra a lavagem de dinheiro, que concentra no seu seio os poderes de decisão de peritos em questões jurídicas, financeiras e operacionais.

Diante da necessidade de cobrir todos os aspectos da luta contra o branqueamento de capitais, o GAFI criou um conjunto de recomendações que ficou conhecido como As Quarenta Recomendações do GAFI. Essas Recomendações, redigidas em 1990, foram revisadas em 1996 a fim de abranger as experiências daqueles seis anos e refletir a evolução ocorrida no âmbito da lavagem de dinheiro.

As quarenta Recomendações foram concebidas para ter aplicação universal. Abrangem o sistema de justiça penal e a aplicação das leis, o sistema financeiro e sua regulamentação, bem como a cooperação internacional.

Os países do GAFI comprometeram-se claramente a aceitar a disciplina de se submeter a uma vigilância multilateral e exames mútuos. Para todos os países membros o cumprimento das quarenta Recomendações é controlado com base num sistema bi-direcional: um exercício de auto-avaliação anual e um processo mais

pormenorizado de avaliação, nos termos do qual cada país membro é sujeito a um exame local. Por outro lado, o GAFI procede a exames horizontais das medidas adotadas para o cumprimento de certas Recomendações.

As Quarenta Recomendações foram elaboradas na seguinte ordem de abrangência: âmbito geral das recomendações; papel dos sistemas jurídicos nacionais; papel do sistema financeiro na luta contra o branqueamento de capitais, e reforço da cooperação internacional.

Entre as Recomendações, cabe destacar aquelas que tratam do papel do sistema financeiro, que devem ser aplicadas não somente aos bancos, mas também às instituições financeiras não bancárias.

A seguir as Recomendações destinadas ao sistema financeiro, tal como foram elaboradas pelo GAFI:

As entidades financeiras não deveriam manter contas anônimas, nem contas sob nomes manifestamente fictícios: deveriam ser obrigadas (por lei, regulamento, acordos entre as autoridades de supervisão e instituições financeiras ou por acordos de auto-regulamentação entre unidades financeiras) a identificar, baseando-se em documento oficial ou outro documento de identidade fidedigno, os seus clientes habituais ou ocasionais, e a registrar essa identidade quando estabelecem relações de negócio ou efetuam transações (especialmente quando abrem contas ou cadernetas de poupança, realizam transações fiduciárias, alugam cofres, ou procedem a transações importantes em numerário).

As entidades financeiras deveriam adotar medidas razoáveis para obter informações sobre a verdadeira identidade das pessoas em cujo nome é aberta uma conta ou é efetuada uma transação, se existir a mínima dúvida de que estes clientes

não atuam por conta própria, como por exemplo, no caso de pessoas coletivas domiciliárias (isto é, instituições, sociedades, fundações, associações, etc, que não realizem transações comerciais ou industriais ou qualquer outra forma de atividade comercial no país onde está situada a sua sede social).

As entidades financeiras deveriam conservar, durante pelo menos cinco anos, todos os documentos relativos às transações efetuadas, tanto nacionais como internacionais, a fim de poder responder rapidamente aos pedidos de informação das autoridades competentes. Estes documentos deveriam ser suficientes para reconstituir as transações individuais (inclusive os montantes e tipos de divisa em causa, se for o caso) de modo a fornecerem, se necessário, provas em processos de natureza criminal.

As entidades financeiras deveriam conservar registro dos documentos comprovativos da identificação dos seus clientes (por exemplo, cópia ou registro dos documentos oficiais como passaportes, bilhetes de identidade, cartas de condução ou documentos de idêntica natureza), documentos contabilísticos e correspondência comercial durante pelo menos cinco anos após o encerramento da conta. Estes documentos deveriam ser postos à disposição das autoridades nacionais competentes, no contexto das suas ações e investigações criminais.

Os países deveriam conceder uma particular atenção às ameaças de branqueamento de capitais inerentes às tecnologias novas ou em desenvolvimento, que possam favorecer o anonimato, e adotar medidas suplementares, se necessário, para evitar a utilização destas tecnologias nos esquemas de branqueamento de capitais.

As entidades financeiras deveriam examinar, com particular atenção, todas as operações complexas, não habituais, importantes, e todos os tipos não habituais de transações, que não apresentem uma causa econômica ou lícita aparente. As circunstâncias e o objeto de tais operações deveriam ser examinados, na medida do possível; os resultados desse exame deveriam ser reduzidos a escrito e postos à disposição para ajudar as autoridades de supervisão, de detecção e de repressão, revisores oficiais de contas e auditores internos e externos.

Em caso de suspeita, por parte das entidades financeiras, de que certos capitais provêm de uma atividade de natureza criminal, deveriam as mesmas ser obrigadas a declarar rapidamente as suas suspeitas às autoridades competentes.

As entidades financeiras, os seus dirigentes e empregados deveriam ser protegidos por disposições legislativas contra qualquer responsabilidade, penal ou civil, por violação de regras de confidencialidade, sejam elas impostas por contrato ou por qualquer disposição legislativa, regulamentar ou administrativa, se declararem de boa fé as suas suspeitas às autoridades competentes, mesmo quando não sabiam precisamente qual era a atividade criminal em questão, e mesmo que a atividade ilegal sob suspeita não tenha ocorrido.

As entidades financeiras, os respectivos dirigentes e empregados não deveriam avisar os seus clientes, ou, se for o caso, não deveriam estar autorizados a avisá-los, quando levam ao conhecimento das autoridades competentes, informações relativas a esses clientes.

As entidades financeiras, ao declarar as suas suspeitas, deveriam conformar-se com as instruções provenientes das autoridades competentes.

As entidades financeiras deveriam elaborar programas de luta contra o branqueamento de capitais, que compreendessem no mínimo:

I – políticas, procedimentos e controles internos, inclusive a designação de pessoas responsáveis ao nível de direção geral, e procedimentos adequados na contratação dos seus empregados, a fim de garantir que esta se efetue de acordo com critérios exigentes;

II – um programa contínuo de formação de empregados;

III – um dispositivo de controle interno para verificar a eficácia do sistema.

As entidades financeiras deveriam ter a garantia de que os princípios acima referidos são igualmente aplicados pelas suas sucursais e filiais majoritárias, situadas no estrangeiro, especialmente em países que não apliquem, ou apliquem de forma insuficiente, as presentes Recomendações, na medida em que as leis e regulamentos locais o permitam. Quando estas mesmas leis e regulamentos não o permitam, as autoridades competentes do país em que se situa o estabelecimento principal deveriam ser informadas pelas autoridades financeiras de que estas últimas não podem aplicar as Recomendações.

As entidades financeiras deveriam conceder particular atenção às suas relações de negócios e às transações com pessoas singulares e coletivas, inclusive as sociedades e instituições financeiras situadas em países que não aplicam estas Recomendações ou o fazem de modo insuficiente. Quando as referidas transações não apresentem causa econômica ou lícita aparente, as suas circunstâncias e objeto deveriam, na medida do possível, ser examinados; os resultados desse exame deveriam ser reduzidos a escrito e estar disponíveis para ajudar as autoridades de

supervisão, detecção e repressão, os revisores oficiais de contas e os auditores internos e externos.

Os países deveriam preocupar-se em tomar medidas realistas destinadas a detectar ou fiscalizar os movimentos físicos transfronteiriços de moeda e outros meios de pagamento ao portador, desde que a utilização dessa informação fosse estritamente limitada, e a liberdade dos movimentos de capitais não fosse, de maneira alguma, restringida.

Os países deveriam refletir sobre a eficácia e a utilidade de um sistema segundo o qual os bancos e outras entidades financeiras e intermediárias declarassem todas as transações nacionais e internacionais em dinheiro acima de certo montante, a uma agência central nacional, que dispusesse de base de dados informatizada, sendo essa informação acessível às autoridades competentes em matéria de branqueamento de capitais, e a sua utilização estritamente limitada.

Os países deveriam apoiar, de modo geral, o desenvolvimento de técnicas modernas e seguras de gestão de fundos, incluindo o uso mais freqüente dos cheques, dos cartões de pagamento, das transferências automáticas de salários e do registro automatizado das operações sobre títulos, como meios de fomentar a redução das transferências em numerário.

Os países deveriam examinar, com particular atenção, as possibilidades de utilização abusiva de sociedades “de fachada” pelos autores de operações de branqueamento de capitais, e considerar se será necessário adotar medidas suplementares para prevenir uma utilização ilícita dessas entidades.

As autoridades competentes encarregadas da supervisão dos bancos ou de outras entidades ou intermediários financeiros, ou outras autoridades competentes,

deveriam assegurar que as entidades controladas dispõem de programas adequados para evitar o branqueamento de capitais. Estas autoridades deveriam colaborar com outras autoridades nacionais, judiciais, ou de detecção e de repressão, e prestar a sua colaboração, quer espontaneamente, quer a pedido, nas investigações e ações relativas ao branqueamento de capitais.

Deveriam ser designadas autoridades administrativas competentes para garantir o cumprimento efetivo de todas as Recomendações, através de um controle e regulamentação das profissões não bancárias que recebam numerários, tais como definidas em cada país.

As autoridades competentes deveriam estabelecer diretivas a fim de auxiliar as entidades financeiras a detectar formas de comportamento suspeitas dos respectivos clientes. As referidas diretivas deveriam ser atualizadas e não teriam caráter taxativo, devendo ser sobretudo utilizadas para efeitos de formação do pessoal das instituições financeiras.

As autoridades competentes, que garantem a regulamentação ou a supervisão das entidades financeiras, deveriam adotar as medidas legislativas ou regulamentares necessárias para evitar que os criminosos ou os seus cúmplices adquiram o controle, ou participação significativa, em entidades financeiras.

Como se pode verificar, essas medidas são essenciais para a criação, por parte das instituições financeiras, de um quadro eficaz na luta contra lavagem de dinheiro. Muitas dessas recomendações, assim como os princípios contidos na declaração do Conselho de Supervisão Bancária da Basiléia, foram adotados pelo Brasil e transformados em normativos, como vimos na legislação abordada.

Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF

Conforme citado anteriormente, o COAF é a FIU brasileira. Criado pela Lei nº 9.613/98, tem a finalidade de coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizam ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores, bem como receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas de lavagem de dinheiro. Tem ainda a finalidade de disciplinar e aplicar penas administrativas, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

Esses procedimentos, basicamente, implicam a obrigatoriedade pelos agentes econômicos de identificar clientes e manter cadastros atualizados, registrar todas as transações acima de determinado limite e de comunicar as operações suspeitas aos órgãos competentes.

O trabalho do COAF está em conformidade com as orientações que vêm sendo adotadas internacionalmente pelos organismos encarregados de promover o combate à lavagem de dinheiro e, considerando que seu funcionamento segue o modelo de uma Unidade Financeira de Inteligência, tem ampliado seus vínculos com organismos internacionais e agências congêneres de outros países empenhados na luta contra delitos dessa natureza, estabelecendo um amplo relacionamento com entidades no Brasil e no exterior para uma rápida e eficaz troca de informações. O resultado concreto dessa ação se materializa nas propostas de assinatura de Memorandos de Entendimento com vários países.

A necessidade de se promover esse intercâmbio constante entre o COAF e outros organismos, nacionais e internacionais, fez surgir a preocupação com o desenvolvimento de um sistema informatizado. A implantação do Sistema de

Informações COAF – SISCOAF – auxilia nos processos internos de tomada de decisão, representando um veículo rápido e eficaz de captação, tratamento, disponibilização e guarda de dados.

Além de ser um excelente instrumento para a análise de informações, o SISCOAF também facilita a comunicação do órgão com o público. E com essa preocupação é que foram disponibilizados endereços eletrônicos na *internet*.

Pode-se acessar o SISCOAF através do *site*: <http://www.fazenda.gov.br/coaf>. Para comunicação através de correio eletrônico o endereço é: coaf@fazenda.gov.br. No *site* do COAF podem ser encontrados formulários específicos para a remessa de comunicações, indicações e denúncias, além da legislação brasileira referente ao combate à lavagem de dinheiro, e ainda, informações sobre os acontecimentos mais recentes e *links* para os principais órgãos e entidades responsáveis pelo combate a esse crime no Brasil e no exterior.

O Ministério da Fazenda, preocupado com a gravidade dos problemas relacionados à lavagem de dinheiro, tem oferecido um amplo suporte ao COAF, a fim de que o Conselho tenha à sua disposição todos os instrumentos necessários ao bom desempenho de suas funções. Da mesma forma, o COAF atua em parceria com outros órgãos, como por exemplo, a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD – e com os grupos de trabalho coordenados por ela. Essas colaborações permitem ao COAF dinamizar seu trabalho e fortalecer os mecanismos de combate a essa modalidade criminosa tão nociva ao país.

Todas essas ações visam fazer com que o COAF cumpra sua missão e seja um eficiente agente na luta contra a lavagem de dinheiro e suas ilícitas conexões, reforçando seu compromisso de contribuir com a eficácia global das medidas de

prevenção/repressão, pois este crime representa uma ameaça, não somente à estabilidade dos Estados e de seus sistemas econômicos, mas também à própria democracia.

A estrutura do COAF é composta por:

Presidência

O Presidente do Conselho é nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro de Estado da Fazenda, sendo exigida dedicação exclusiva. Entre outras funções, ao presidente do Conselho compete a edição de atos normativos e regulamentares necessários ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Conselho; a assinatura dos atos oficiais do COAF e das decisões do Plenário; a orientação, coordenação e supervisão das atividades administrativas do Conselho e da Secretaria-Executiva; e o compartilhamento de informações com autoridades competentes de outros países e de organismos internacionais.

Plenário

Composto pelo presidente e por servidores públicos, nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda, escolhidos no quadro de pessoal dos seguintes órgãos:

- Banco do Central do Brasil
- Comissão de Valores Mobiliários
- Superintendência de Seguros Privados
- Procuradoria Geral da República
- Secretaria da Receita Federal
- Subsecretaria de Inteligência de Poder Executivo

- Departamento de Polícia Federal
- Ministério das Relações Exteriores

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva é dirigida por um Secretário Executivo, nomeado pelo Ministro de Estado da Fazenda. Suas competências incluem o recebimento de relatos referentes a operações consideradas suspeitas; a solicitação de informações mantidas nos bancos de dados dos órgãos e entidades públicas e privadas; e a análise dos relatos, dos dados e das informações recebidas, além da elaboração e do arquivamento de dossiês contendo os estudos decorrentes.

5 INDÍCIOS E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Nos capítulos anteriores foram tratados o processo de lavagem de dinheiro, do qual fazem parte os mecanismos, modalidades e instrumentos por meio dos quais os criminosos agem para a prática de atos ilícitos. O conhecimento do processo é requisito essencial para que se possa identificar uma operação suspeita, e, conseqüentemente, tomar medidas preventivas eficazes.

5.1 INDÍCIOS DE OPERAÇÕES SUSPEITAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO

No desempenho normal das atividades, os funcionários de instituições financeiras devem estar cientes de elementos de transações individuais que possam indicar fundos envolvidos em operações ilícitas.

A Carta-Circular nº 2.826, de 4 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil, divulga uma relação de operações ou situações suspeitas, que podem configurar indícios de ocorrência de crimes.

As operações descritas a seguir, podem configurar indícios de ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. As instituições financeiras devem prestar atenção especial a elas, pois a existência de um ou mais destes fatores merece uma análise mais criteriosa da transação. Entretanto, como já foi dito anteriormente, a existência de um destes fatores, por si mesmo não significa necessariamente que uma operação seja suspeita ou atípica. Há que se ter o cuidado de análise do conjunto, levando-se em consideração as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e instrumentos utilizados, sob pena de incorrer em erro, causando, dessa forma, prejuízos materiais e/ou morais, tanto à instituição quanto ao cliente.

Situações relacionadas a operações em espécie, cheques administrativos ou cheques de viagem

As situações descritas a seguir, relacionadas a operações em dinheiro, cheques administrativos e/ou cheques de viagem, merecem atenção especial:

- a movimentação de valores superiores a R\$ 10.000,00, que é o limite estabelecido pelo Banco Central do Brasil, ou quantias inferiores que, por sua habitualidade e forma, configurem artifício para a burla do referido limite;
- saques a descoberto, habituais, com cobertura no mesmo dia;
- movimentações feitas por pessoa física ou jurídica cujas transações ou negócios normalmente se efetivam por meio da utilização de cheques ou outras formas de pagamento;
- aumento substancial no volume de depósitos de qualquer pessoa física ou jurídica, sem causa aparente, em especial se tais depósitos são posteriormente transferidos, dentro de curto período de tempo, a destino anteriormente não relacionado com o cliente;
- depósitos mediante numerosas entregas, de maneira que o total de cada depósito não é significativo, mas o conjunto de tais depósitos o é;
- troca de grandes quantidades de notas de pequeno valor por notas de grande valor;
- proposta de troca de grandes quantias em moeda nacional por moeda estrangeira e vice-versa;

- depósitos contendo notas falsas ou mediante utilização de documentos falsificados;
- depósitos de grandes quantias mediante a utilização de meios eletrônicos ou outros que evitem contato direto com os empregados da instituição financeira;
- compras de cheques administrativos ou cheques de viagem, ordens de pagamento ou outros instrumentos em grande quantidade, isoladamente ou em conjunto, independentemente dos valores envolvidos, sem evidências de propósito claro;
- movimentação de recursos em praças localizadas em fronteiras.

Situações relacionadas com a manutenção de contas correntes

Com relação a manutenção de contas correntes, as principais situações que merecem destaque são as seguintes:

- movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira presumida do cliente;
- resistência em facilitar as informações necessárias para a abertura de conta, oferecimento de informação falsa ou de difícil ou onerosa verificação;
- atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros ou sem a revelação da verdadeira identidade do beneficiário;

- numerosas contas com vistas ao acolhimento de depósitos em nome de um mesmo cliente, cujos valores, somados, resultem em quantia significativa;
- contas que não demonstram ser resultado de atividades ou negócios normais, utilizadas para recebimento ou pagamento de quantias significativas sem indicação clara de finalidade ou relação com o titular da conta ou seu negócio;
- existência de processo regular de consolidação de recursos provenientes de contas mantidas em várias instituições financeiras em uma mesma localidade previamente às solicitações das correspondentes transferências;
- retirada de quantia significativa de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolheu depósito inusitado;
- utilização conjunta e simultânea de caixas separados para a realização de grandes operações em espécie ou de câmbio;
- preferência à utilização de caixas-fortes, de pacotes cintados em depósitos ou retiradas ou de utilização sistemática de cofres de aluguel;
- dispensa da faculdade de utilização de prerrogativas como recebimento de crédito, de altos juros remuneratórios para grandes saldos ou, ainda, de outros serviços bancários especiais que, em circunstâncias normais, seriam valiosos para qualquer cliente;
- mudança repentina e aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e/ou no tipo de transação utilizada;

- pagamento inusitado de empréstimo problemático sem que haja explicação aparente para a origem dos recursos;
- solicitações freqüentes de elevação de limites para a realização de operações;
- atuação no sentido de induzir empregado da instituição a não manter, em arquivo, relatórios específicos sobre alguma operação realizada;
- recebimento de recursos com imediata compra de cheques de viagem, ordens de pagamento ou outros instrumentos para a realização de pagamentos a terceiros;
- recebimento de depósitos em cheques e/ou em espécie, de várias localidades, com transferência para terceiros;
- transações envolvendo clientes não residentes;
- solicitação para facilitar a concessão de financiamento, particularmente de imóveis, quando a fonte de renda do cliente não está claramente identificada;
- abertura e/ou movimentação de conta por detentor de procuração ou qualquer outro tipo de mandato;
- abertura de conta em agência localizada em estação de passageiros - aeroporto, rodoviária ou porto – internacional, ou pontos de atração turística, salvo se o titular for proprietário, sócio ou empregado de empresa regularmente instalada nesses locais;
- proposta de abertura de conta corrente mediante apresentação de documentos de identificação e número de CPF emitidos em região de

fronteira ou por pessoa residente, domiciliada ou que tenha atividade econômica em países fronteiriços;

- movimentação de contas correntes que apresentem débitos e créditos que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação dos responsáveis pelos depósitos e dos beneficiários dos saques.

Situações relacionadas com empregados das instituições e seus representantes

A realização de operações, transações ou a verificação das situações descritas a seguir:

- alteração inusitada nos padrões de vida e de comportamento de empregado ou representante;
- modificação inusitada do resultado operacional do empregado ou representante;
- qualquer negócio realizado por empregado ou representante, quando desconhecida a identidade do último beneficiário, contrariamente ao procedimento normal para o tipo de operação de que se trata.

Situações relacionadas com atividades internacionais

- operação ou proposta no sentido de sua realização, com vínculo direto ou indireto, em que a pessoa estrangeira seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal;
- solicitação de facilidades estranhas ou indevidas para negociação de moeda estrangeira;

- operações de interesse de pessoa não tradicional no banco ou dele desconhecida que tenha relacionamento bancário e financeiro em outra praça;
- pagamentos antecipados de importação e exportação por empresa sem tradição ou cuja avaliação financeira seja incompatível com o montante negociado;
- negociação com ouro por pessoas não tradicionais no ramo;
- utilização de cartão de crédito em valor não compatível com a capacidade financeira do usuário;
- transferências unilaterais freqüentes ou de valores elevados, especialmente a título de doação.

Situações relacionadas com cartões de crédito

- descumprimento por parte dos empregados das exigências que levem à entrega efetiva de cartões de credenciamento ou de cartões de crédito;
- oferecimento de informação cadastral falsa ou prestação de informação cadastral de difícil ou onerosa verificação;
- ocorrência de saldo credor de valor considerado expressivo em fatura, habitualmente;
- alta concentração, sem causa aparente, de compras de um titular em um mesmo estabelecimento conveniado;
- pedidos habituais de cancelamento de transações, após pagamento da fatura, com a devolução de valor pago;

- desvios freqüentes nos padrões de compras;
- ultrapassagem com habitualidade de gastos mensais, pelo titular;
- aumento no volume dos negócios com cartão de crédito por parte de um estabelecimento conveniado, sem motivo aparente;
- solicitações freqüentes de elevação de limites de gastos mensais, pelo titular, sem comprovação de aumento da capacidade financeira.

Situações relacionadas com financiamento habitacional

Atenção para operações em que o comprador:

- utilize na quitação ou amortização valor, em espécie, superior a R\$ 10.0000,00 ou quantias inferiores que, por sua habitualidade e forma, configurem artifício para burlar o referido limite;
- utilize ou proponha pagamento, de todo ou em parte, com recursos de origens diversas, cheques de vários bancos, de várias praças ou de vários emitentes;
- proponha pagamento através de recursos entre contas bancárias no exterior;
- não aparente possuir condições financeiras para a operação, configurando a possibilidade de se tratar de “testa de ferro” ou “laranja”, como usualmente são conhecidas as pessoas que emprestam seus nomes para operações escusas;
- não se disponha a cumprir as exigências cadastrais ou tente induzir os responsáveis pelo negócio a não manter em arquivo registros que possam reconstituir a operação pactuada;

- efetue o pagamento com cheques, ou quaisquer outros instrumentos bancários, de agências localizadas em cidades fronteiriças ou no exterior, quando não se justifique a utilização desta forma de pagamento;
- promova sucessivas transações imobiliárias, pessoalmente ou por intermédio de terceiros;
- seja empresa com sede ou filial em paraíso fiscal ou utilize recursos provenientes dessas localidades;
- efetue pagamento inusitado de financiamento ou débito em atraso sem que haja explicação aparente para a origem dos recursos.

As situações relacionadas não esgotam as formas de ação para concretização dos crimes de lavagem de dinheiro, pois a cada dia surgem novas modalidades e “manobras criminosas”. Além das situações relatadas, os funcionários, em especial os gerentes, devem ficar atentos, também, ao comportamento dos clientes, bem como dos clientes que não possuem contas de depósito no banco. Constitui-se numa situação suspeita, clientes que, quando questionados e/ou abordados por funcionários, apresentem nervosismo, atitudes evasivas ou tentem obter facilidades. Vale ressaltar que todas as formas de atuações que sejam consideradas suspeitas devem ser cadastradas pelo banco, em sistemas próprios, para comunicação ao BACEN ou ao COAF.

5.2 MEDIDAS DE PREVENÇÃO

O que uma instituição financeira pode fazer para proteger-se e enfrentar o grande problema da lavagem de dinheiro? Alguns procedimentos devem ser adotados pelas instituições. Um deles é o cumprimento das leis. A administração dos

bancos deve assegurar que os negócios sejam conduzidos de conformidade com altos princípios éticos e que as leis e regulamentações pertinentes a transações financeiras sejam obedecidas. Os bancos não devem oferecer serviços ou dar assistência ativa a transações que tenham boa razão para acreditarem estar associadas a atividades de lavagem de dinheiro.

5.2.1 Conhecer o Cliente

A busca de medidas preventivas pelas instituições financeiras fez nascer um princípio, que se transformou em consenso internacional, e constitui-se na base para uma prevenção eficaz. Esse princípio internacional transformou-se em um programa aceito pela maioria das instituições financeiras do mundo, e é conhecido como programa “Conheça seu Cliente” (*Know your customer - KYC*). De acordo com este conceito, a identificação do cliente deve ser satisfatoriamente estabelecida antes da concretização da operação. Caso o possível cliente se recuse a fornecer as informações requeridas, a instituição não deve aceitá-lo como cliente.

A prática do princípio “Conheça seu Cliente” é o mecanismo mais eficaz para detectar atividades suspeitas e evitar crimes de lavagem de dinheiro, pois embora simples, permite a identificação de situações consideradas suspeitas e, portanto, passíveis de comunicação aos órgãos reguladores. Tal princípio não se resume apenas na identificação apropriada dos clientes e no conseqüente registro de suas transações, mas também na verificação da compatibilidade entre a sua renda/faturamento e as suas movimentações financeiras, reconhecendo, dessa forma, condutas e atividades suspeitas.

Conhecer adequadamente as atividades do cliente é um procedimento básico para evitar o envolvimento da instituição em crime de lavagem de dinheiro.

Conhecer o cliente está além das normas e práticas tradicionais bancárias. Essa atitude é a base de toda e qualquer prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. O efetivo conhecimento das atividades do cliente, pessoa física ou jurídica, pode dificultar ou até mesmo impedir essa operação ilícita.

O funcionário do banco não precisa se vestir de policial, porque não o é, mas é um cidadão, que tem o compromisso de proteger a sua reputação e da empresa a que trabalha, reduzindo ou eliminando os riscos de que seus serviços sejam utilizados para legitimar atividades ilegais. Por isso, conhecer o cliente é uma atitude imprescindível para a sua segurança e da empresa.

Cabe sempre lembrar que o exercício da atividade bancária exige discrição e nem sempre uma operação fora dos padrões pode ser enquadrada como uma operação de lavagem de dinheiro.

Como fazer, então, para “conhecer” o cliente? Seguindo alguns procedimentos já instituídos que permitem verificar a identidade do cliente (nome, estado civil, nacionalidade, domicílio/residência), bem como, identificar as atividades que habitualmente desenvolve (profissão/ocupação, empresa em que trabalha, referências bancárias e comerciais). Esses procedimentos devem ser aplicados desde o momento em que se inicia uma nova relação, como por exemplo, a abertura de uma conta.

Para isso, são necessários alguns cuidados fundamentais. Ao iniciar um relacionamento, devem ser observadas as seguintes orientações:

Cliente Pessoa Física

- entrevistar o cliente pessoalmente;

- exigir sempre Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência (as cópias devem ser sempre comparadas com os originais);
- prestar atenção se o local das atividades profissionais do cliente é próximo da agência. Caso não seja, procurar saber as razões que o levaram a escolher aquela agência bancária;
- para futuros clientes, menores de idade, redobrar a atenção, mesmo sendo este representado por procuradores ou tutores;
- liberar talões de cheques somente após a confirmação dos dados fornecidos pelo cliente;
- utilizar, sempre, os serviços de órgãos centralizadores de informações, como da Empresa de Centralização de Serviços Bancários S/A – SERASA, do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, etc.

Cliente Pessoa Jurídica

- identificar o tipo de negócio/atividade da empresa;
- exigir, na abertura da conta, a documentação segundo os normativos internos. Como na documentação da pessoa física, as cópias devem ser sempre comparadas com os originais;
- comprovar se a atividade profissional informada pelo cliente, por ocasião da abertura da conta, corresponde à realidade;
- fazer visitas sistemáticas e estar atento às atividades do cliente e sua relação com o movimento financeiro apresentado;
- buscar informações sobre o cliente em outras fontes de dados e confirmar o seu endereço;

- é recomendável que o futuro cliente seja apresentado por outro já conhecido e respeitável, ou por algum funcionário do banco;
- ter cuidado especial no ato de aberturas de contas destinadas a receber recursos do exterior, para posterior transferência. Conhecer o tipo de negócio que envolve as partes.
- utilizar, como no caso da pessoa física, serviços de órgãos centralizadores de informações.

Deve ser dispensada atenção redobrada nos seguintes casos:

- clientes de integridade ou honestidade questionáveis;
- negócios cuja natureza torne impossível a verificação da legitimidade das atividades ou a procedência dos recursos;
- recusa no fornecimento das informações ou documentação exigida;
- clientes relacionados com comércio suspeito;
- clientes que demonstram descaso ou não se preocupam com datas de resgate, taxas e tarifas, acarretando perdas nos rendimentos;
- contas de clientes idosos, ou ingênuos, controladas por não familiares;
- clientes que oferecem as chamadas “caixinhas”, gorjetas ou propinas para que as operações se realizem.

5.2.2 Conhecer o Funcionário

Tão importante quanto conhecer o cliente, é a instituição financeira “conhecer” também os seus funcionários. A maioria dos casos de lavagem de dinheiro ocorrem com a participação ativa ou passiva de funcionários da instituição. Portanto, é

fundamental que a administração esteja atenta ao comportamento de seus funcionários de qualquer escalão. Deve ser dada atenção especial para funcionários que:

- estão freqüentemente envolvidos em casos de “exceção”;
- passam por cima de controles internos, superiores ou políticas da empresa;
- exageram nas qualidades do cliente;
- têm estilo de vida incompatível com sua remuneração.

Um programa para que os funcionários tomem conhecimento da lavagem de dinheiro deve ser parte importante dos esforços de toda instituição financeira para enfrentar o problema. Todos os funcionários devem ficar a par de transações suspeitas que possam indicar atividades de lavagem de dinheiro. As instituições precisam ter normas e procedimentos para lidar com atividades suspeitas e os funcionários devem estar cientes dessas normas e serem ativos e participantes nos procedimentos.

As instituições financeiras devem ter uma seção sobre o conhecimento da lavagem de dinheiro em lugar de destaque em seus manuais de Normas e Procedimentos. Essa seção deve explicar detalhadamente o que é a lavagem de dinheiro, as leis que dela tratam e as penalidades envolvidas nas violações da lei.

O treinamento dos funcionários é imprescindível nas áreas de conhecimento da lavagem de dinheiro e do trato das transações suspeitas. Todos os supervisores e gerentes, não apenas os envolvidos com dinheiro vivo, devem receber treinamentos periódicos nessas áreas. Na medida do possível, o treinamento deve

incluir informações sobre situações reais que a instituição tem enfrentado com respeito ao problema.

5.2.3 Controle das Informações sobre Transações Suspeitas

É absolutamente importante que toda instituição financeira mantenha firme controle sobre todas as informações de atividades criminosas e transações suspeitas que cheguem ao conhecimento de seus funcionários. Se uma instituição tem informações de transações suspeitas sobre um cliente e continua a fazer negócios com ele sem transmitir as informações à autoridade competente, corre o risco de enfrentar acusações criminais, penalidades civis e perda de reputação.

Para manter o controle das transações suspeitas e atividades criminosas, é importante a instituição financeira estabelecer um posto de controle central para o qual sejam remetidas imediatamente todas essas informações, para análise e decisão da atitude adequada. A localização dessa unidade central depende do tamanho e da estrutura organizacional da instituição. Cada instituição deve adequá-la da forma que melhor se situe em sua estrutura. O fundamental é que haja essa unidade de controle central, que funcionários e supervisores saibam onde ela está e que todas as transações suspeitas e as atividades criminosas relacionadas com a lavagem de dinheiro sejam comunicadas tempestivamente.

Quando o pessoal da unidade de controle central receber informações sobre lavagem de dinheiro, deve avaliá-las o mais breve possível e chegar a uma decisão quanto à atitude a ser tomada. A decisão poderá ter três direcionamentos. Um seria decidir que a atividade na realidade não é suspeita e não tomar nenhuma providência. O segundo seria enviar a comunicação de volta para o departamento que o remeteu, solicitando informações adicionais do cliente ou dos registros

existentes. Vale mais uma vez observar que as avaliações têm de ser feitas no contexto daquilo que se conhece a respeito do cliente ou da sua empresa. Uma atividade suspeita para um cliente pode não ser suspeita para outro com tipo de negócio diferente. Isso realça a importância de um bom programa “Conheça seu Cliente”. Por último, a decisão pode ser a de que o assunto da comunicação constitui atividade suspeita que talvez indique lavagem de dinheiro. Quando essa decisão é tomada, as informações devem ser enviadas ao órgão público responsável, conforme determina a legislação.

A respeito da notificação das transações suspeitas pela instituição financeira ao órgão responsável – no Brasil o COAF – há que se destacar três pontos. Primeiramente, é a coisa certa a fazer. Do ponto de vista ético e moral, a notificação coloca todas as instituições financeiras na posição de bons cidadãos empresariais, ajudando no combate ao tráfico de drogas e a outras atividades ilegais. Em segundo lugar, é uma obrigação legal a ser cumprida. O terceiro ponto é que a comunicação demonstra a clara intenção da instituição financeira de não tomar parte em um esquema de lavagem de dinheiro ou de formação de quadrilha.

A capacidade de uma instituição financeira para reconhecer, avaliar e notificar a atividade suspeita é imprescindível para a manutenção de seu bom nome. A notificação aos órgãos fiscalizadores de transações suspeitas é uma forte confirmação da política da instituição no sentido de não ser usada por lavadores de dinheiro, e de não fazer negócios com fundos provenientes de atividade criminosa.

É importante lembrar que as comunicações quando feitas de “boa fé” não acarretam responsabilidade civil ou administrativa às instituições, aos seus controladores, aos administradores e aos empregados. Entende-se por boa fé a intenção pura, isenta de dolo, quando a pessoa realiza o negócio ou executa o ato,

certa de que está agindo na conformidade do direito e conseqüentemente, protegida pelos preceitos legais. Por outro lado, há entendimento de que a omissão de qualquer comunicação poderá caracterizar co-autoria.

Cabe ressaltar que todos os empregados e representantes da instituição financeira devem tratar as informações de modo sigiloso e com a máxima discrição que o assunto requer, de forma a resguardar o sigilo bancário e não expor indevidamente a imagem da empresa e de seus clientes.

5.3 IMPACTOS NA IMAGEM INSTITUCIONAL

A possibilidade de ter seu nome associado a um processo de lavagem de dinheiro assusta qualquer banco. Entre os vários problemas decorrentes, cabe ressaltar como de maior importância o Risco de Imagem.

O Risco de Imagem pode ser definido como o risco de perdas decorrentes de alterações da reputação junto aos clientes, concorrentes, órgãos governamentais, etc.

Boatos sobre a saúde de uma instituição desencadeando corridas para saques; fundos de investimentos alavancados com perdas elevadas durante período de crises e envolvimento da instituição em processos de lavagem de dinheiro, são alguns exemplos de riscos de imagem.

Esta é uma das grandes preocupações das instituições financeiras. Por trabalharem com recursos financeiros de terceiros, solidez, segurança e comportamento ético são predicados fundamentais.

Grandes clientes podem deixar de movimentar suas contas na instituição acusada de participar ou permitir a lavagem de dinheiro, temendo serem confundidos com os participantes da atividade.

A imagem de um banco é, sem dúvida, parte importante de seu valioso patrimônio, e jamais poderá colocar sua reputação em dúvida, negligenciando seus controles no que diz respeito à lavagem de dinheiro.

Um conhecido banco norte-americano, com agências em quase todos os países, teve sua imagem “arranhada” nos anos 80, quando uma investigação revelou vínculos com figuras do crime organizado. O banco confessou-se culpado e recebeu uma multa de US\$ 500.000,00. Essa condenação criminal mergulhou o banco em publicidade negativa. Além da multa, o banco gastou, e continua gastando, milhões de dólares para reverter esse “arranhão” em sua imagem.

Portanto, é dever de cada funcionário da instituição zelar pelo grande patrimônio que é a sua imagem perante a sociedade.

5.4 RELATOS DE CASOS

O COAF extraiu de relatórios feitos por instituições financeiras para as suas respectivas unidades de inteligência financeira, alguns casos reais, que ilustram como a análise criteriosa das movimentações atípicas de uma conta ou de um cliente pode, juntamente com a comunicação subsequente às autoridades competentes, levar à descoberta de sérios indicadores de conexões com o financiamento do terrorismo.

Caso 1

Uma investigação em determinado país teve início em virtude de uma comunicação de operação suspeita. Uma instituição financeira comunicou que um indivíduo, cuja renda declarada anual era de pouco mais de US\$ 17 mil, tivera uma movimentação em sua conta de aproximadamente US\$ 356 mil. Os investigadores posteriormente descobriram que esse indivíduo não existia e que a conta tinha sido

aberta de forma fraudulenta. Investigações subseqüentes revelaram que a conta estava vinculada a uma entidade estrangeira de caridade. Essa conta era usada para facilitar a coleta de fundos para uma organização criminosa por meio de um esquema fraudulento, pois o governo do país sede da entidade de caridade fornece fundos para entidades sem fins lucrativos numa proporção equivalente a 42% das doações recebidas.

As doações, que na realidade eram “frias” eram depositadas nessa conta, e os respectivos fundos doados pelo governo eram solicitados pela entidade. As doações originais eram, então, devolvidas aos doadores, de maneira que nenhuma doação era feita efetivamente à entidade. A entidade de caridade, que fazia parte do esquema, retinha somente as doações do governo. Foram obtidos mais de US\$ 1,14 milhões até que a fraude fosse descoberta.

Caso 2

O caso de Franklin Jurado, ocorrido nos Estados Unidos entre 1990 e 1996, ilustra uma ciclo clássico de lavagem de dinheiro. Economista colombiano formado em *Harvard*, Franklin Jurado coordenou a lavagem de cerca de 36 milhões de dólares americanos proveniente do comércio ilegal de drogas.

O depósito inicial – o estágio mais arriscado, pois o dinheiro ainda está próximo de suas origens - foi feito no Panamá. Durante um período de três anos, Jurado transferiu dólares de bancos panamenhos para mais de 100 contas diferentes em 68 bancos de nove países, mantendo os saldos abaixo de US\$ 10 mil para evitar investigações.

Os fundos foram novamente transferidos, dessa vez para contas na Europa, de maneira a obscurecer a nacionalidade dos correntistas originais, e, então,

transferidos para empresas de fachada. Finalmente, os fundos voltaram à Colômbia por meio de investimentos feitos por companhias européias em negócios legítimos, como restaurantes, construtoras e laboratórios farmacêuticos, que não levantariam suspeitas.

O esquema foi interrompido com a falência de um banco em Mônaco, quando várias contas ligadas a Franklin Jurado foram expostas. Fortalecida por leis anti-lavagem, a polícia começou a investigar o caso e Jurado foi preso.

6 CONCLUSÃO

Em uma análise preliminar, a lavagem de dinheiro parece ser um assunto distante do cotidiano das pessoas. Entretanto, para as instituições financeiras e seus funcionários, esse assunto tem sido motivo de preocupações constantes, em virtude do alto risco a que estão expostos, tanto instituições quanto empregados, de serem envolvidos a qualquer momento num esquema criminoso.

É sempre bom enfatizar que, para evitar serem utilizadas pelos lavadores de dinheiro, as instituições financeiras precisam fazer mais do que cumprir com rigor a legislação. Um firme programa “Conheça seu Cliente” é ingrediente imprescindível para a repressão da lavagem de dinheiro. Esse programa deve ser utilizado para melhorar as relações com o cliente e aumentar as oportunidades de negócios, além de verificar a legitimidade da empresa do correntista. Quanto mais a instituição souber a respeito dos clientes e suas empresas, maior será a probabilidade de reconhecer uma atividade incomum.

As instituições financeiras precisam treinar os funcionários para que sejam capazes de reconhecer atividades de transações suspeitas, bem como notificar os órgãos fiscalizadores, em conformidade com a legislação, pois essas notificações comprovam a intenção da instituição de cooperar com o governo e de não ser usada pelos criminosos.

O conhecimento da legislação, a identificação criteriosa dos clientes, a manutenção de registros obrigatórios, a conservação de cadastros e registros e a comunicação tempestiva aos órgãos fiscalizadores são recomendações que, se seguidas pelas instituições, tornam-nas aptas a enfrentar a atividade de lavagem de dinheiro. As instituições que ignorarem tais recomendações correm grandes riscos

de serem envolvidas, mesmo que involuntariamente, em um esquema de lavagem, que acarretará sérios prejuízos à sua reputação, além das penalidades a que estão sujeitas e dos prejuízos financeiros decorrentes. Muitos bancos desapareceram como empresa após terem se envolvidos em escândalos que trouxeram prejuízos irreversíveis.

É sabido que muitos casos de transferências fraudulentas de altas quantias para paraísos fiscais foram feitas com a conivência de algumas instituições. Entretanto, essa não é a regra. Um banco não é criado com o objetivo de auxiliar a prática de atos ilícitos. Cada empregado da instituição tem a sua parcela de responsabilidade e deve estar atento às situações suspeitas, sabendo como evitá-las e livrando-se dos riscos. A repressão só será eficaz com a participação de todos.

ANEXO – LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Dos Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores**

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

- I – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
- II – de terrorismo;
- III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;
- IV – de extorsão mediante seqüestro;
- V – contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;
- VI – contra o sistema financeiro nacional;

VII – praticado por organização criminosa;

VIII – praticado por particular contra a administração estrangeira.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I – os converte em ativos ilícitos;

II – os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III – importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I – utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II – participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do *caput* deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as

autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização de bens, direitos ou valores objetos do crime.

CAPÍTULO II

Disposições Processuais Especiais

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previsto nesta Lei:

I – obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular;

II – independem do processo e julgamento dos crimes antecedentes referidos no artigo anterior, ainda que praticados em outro país;

III – são de competência da Justiça Federal:

a) quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) quando o crime antecedente for de competência da Justiça Federal.

§ 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência de crime antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor daquele crime.

§ 2º No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Código de Processo Penal.

Art. 3º Os crimes disciplinados nesta lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória e, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes previstos nesta Lei, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.869, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 1º As medidas assecuratórias previstas neste artigo serão levantadas se a ação penal não for iniciada no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que ficar concluída a diligência.

§ 2º O juiz determinará a liberação dos bens, direitos e valores apreendidos ou seqüestrados quando comprovada a licitude de sua origem.

§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, nos casos do art. 366 do Código de Processo Penal.

§ 4º A ordem de prisão de pessoas ou da apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores, poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 5º Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores apreendidos ou seqüestrados, mediante termo de compromisso.

Art. 6º O administrador dos bens:

I – fará jus a uma remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita com o produto dos bens objeto da administração;

II – prestará, por determinação judicial, informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações e detalhamentos sobre investimentos e reinvestimentos realizados.

Parágrafo Único. Os atos relativos à administração dos bens apreendidos ou seqüestrados serão levados ao conhecimento do Ministério Público, que requererá o que entender cabível.

CAPÍTULO III

Dos efeitos da Condenação

Art. 7º São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:

I – a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto de crime previsto nesta Lei, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II – a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

CAPÍTULO IV

Dos Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Crimes Praticados no Estrangeiro

Art. 8º O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos no art. 1º, praticados no estrangeiro.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo, independentemente de tratado ou convenção internacional, quando o governo do país da autoridade solicitante prometer reciprocidade ao Brasil.

§ 2º Na falta de tratado ou convenção, os bens, direitos ou valores apreendidos ou seqüestrados por solicitação estrangeira competente ou os recursos provenientes da sua alienação, serão repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, na proporção de metade, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

CAPÍTULO V

Das Pessoas Sujeitas à Lei

Art. 9º Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

- I – a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;
- II – a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;
- III – a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo Único. Sujeitam-se às mesmas obrigações:

- I – as bolsas de valores e bolsas de mercadorias ou futuros;
- II – as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;

- III – as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;
- IV – as administradoras ou empresas que se utilizem de cartões ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;
- V – as empresas de arrendamento mercantil (*leasing*) e as de fomento comercial (*factoring*);
- VI – as sociedades que efetuem distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis, imóveis, mercadorias, serviços, ou, ainda, concedam descontos na sua aquisição, mediante sorteio ou método assemelhado;
- VII – as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades listadas neste artigo, ainda que de forma eventual;
- VIII – as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;
- IX – as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades referidas neste artigo;
- X – as pessoas jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;
- XI – as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades.

CAPÍTULO VI

Da Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros

Art. 10. As pessoas referidas no art. 9º:

I – identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

II – manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

III – deverão atender, no prazo fixado pelo órgão judicial competente, as requisições formuladas pelo Conselho criado pelo art. 14, que se processarão em segredo de justiça.

§ 1º Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, a identificação referida no inciso I deste artigo deverá abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus proprietários.

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

§ 3º O registro referido no inciso II deste artigo será efetuado também quando a pessoa física ou jurídica, seus entes ligados, houver realizado, em um mesmo mês-calendário, operações com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo que, em seu conjunto, ultrapassem o limite fixado pela autoridade competente.

CAPÍTULO VII

Da Comunicação de Operações Financeiras

Art. 11. As pessoas referidas no art. 9º:

I – dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constiuiir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se;

II – deverão comunicar, abstendo-se de dar aos clientes ciência de tal ato, no prazo de vinte e quatro horas, às autoridades competentes:

- a) todas as transações constantes do Inciso II do art. 10 que ultrapassem o limite fixado, para esse fim, pela mesma autoridade e na forma e condições por ela estabelecidas;
- b) a proposta ou a realização de transação prevista no inciso I deste artigo.

§ 1º As autoridades competentes, nas instruções referidas no inciso I deste artigo, elaborarão relação de operações que, por suas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a hipótese nele prevista.

§ 2º As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista neste artigo, não acarretarão responsabilidade civil administrativa.

§ 3º As pessoas para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador farão as comunicações mencionadas neste artigo ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF e na forma por ele estabelecida.

CAPÍTULO VIII

Da Responsabilidade Administrativa

Art. 12. Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa pecuniária, de um por cento até o dobro do valor da operação, ou até duzentos por cento do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou, ainda, multa de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III – inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício de cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

IV – cassação da autorização para operação ou funcionamento.

§ 1º A pena de advertência será aplicada por irregularidade no cumprimento das instruções referidas nos incisos I e II do art. 10.

§ 2º A multa será aplicada sempre que as pessoas referidas no art. 9º, por negligência ou dolo:

I – deixarem de sanar as irregularidades objetos de advertência, no prazo assinalado pela autoridade competente;

II – não realizarem a identificação ou o registro previstos nos incisos I e II do art. 10;

III – deixarem de atender, no prazo, a requisição formulada nos termos do inciso III do art. 10;

IV – descumprirem a vedação ou deixarem de fazer a comunicação a que se refere o art. 11.

§ 3º A inabilitação temporária será aplicada quando forem verificadas infrações graves quanto ao cumprimento das obrigações constantes desta Lei ou quando ocorrer reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 4º A cassação da autorização será aplicada nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com a pena prevista no inciso III do *caput* deste artigo.

Art. 13. O procedimento para a aplicação das sanções previstas neste Capítulo será regulado por decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO IX

Do Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Art. 14. É criado, no Âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

§ 1º As instruções referidas no art. 10 destinadas às pessoas mencionadas no art. 9º, para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador, serão expedidas pelo COAF, competindo-lhe, para esses casos, a definição das pessoas abrangidas e a aplicação das sanções enumeradas no art. 12.

§ 2º O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

Art. 15. O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados ilícitos de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

Art. 16. O COAF será composto por servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência, designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, de órgão de inteligência do Poder Executivo, do Departamento de Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores, atendendo, nesses três últimos casos, à indicação dos respectivos Ministros de Estado.

§ 1º O Presidente do Conselho será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Das decisões do COAF relativas às aplicações de penas administrativas caberá recurso ao Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 17. O COAF terá organização e funcionamento definidos em estatuto aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Mário. A importância da ética na formação de recursos humanos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Carta Circular Nº 2.826 de 4 de dezembro de 1998. Carta circular que divulga operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na lei 9.613. Brasília: BACEN, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular Nº 2.852 de 3 de dezembro de 1998. Circular que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na lei 9.613. Brasília: BACEN, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução Nº 2.554 de 24 de setembro de 1998. Resolução que dispõe sobre a implantação do sistema de controles internos. Brasília: BACEN, 1998.

BARROS, Marco Antonio de. Lavagem de dinheiro: implicações penais, processuais administrativas. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO. A busca de ativos no exterior. <http://amcham.com.br>. Capturado em abril de 2004.

COMITÊ DE SUPERVISÃO BANCÁRIA DA BASILÉIA. Os Princípios Essenciais da Basiléia. Basiléia: 1997.

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS. Cartilha sobre Lavagem de Dinheiro. Brasília: COAF, 1998.

GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA SOBRE O BRANQUEAMENTO DE CAPITALS.

Quarenta recomendações sobre o branqueamento de capitais.

<http://fazenda.gov.br/coaf> . Capturado em maio de 2003.

LEI Nº 9.613 de 3 de março de 1998. Lei que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade & LINTZ, Alexandre. Elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Eliane Melchert, 1999.

NAYLOR, R. T. Dinheiro quente e a política da dívida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

POWIS, Robert E. Os lavadores de dinheiro. São Paulo: Makron Books, 1993.

TEIXEIRA, Nelson Gomes. A ética no mundo da empresa. São Paulo: Pioneira, 1991.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.